

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL - EAD**

**A GESTÃO ESCOLAR E O PROGRAMA PRONATEC
EM UMA ESCOLA DO SENAC: UM ESTUDO DE CASO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Alexandra Lisboa Teixeira Dos Santos

**Sapiranga, RS, Brasil
2013**

PPGGE/UFSM

SANTOS, Alexandra Lisboa Teixeira Dos.

Especialista

2013

A GESTÃO ESCOLAR E O PROGRAMA PRONATEC EM UMA ESCOLA DO SENAC: UM ESTUDO DE CASO

Alexandra Lisboa Teixeira Dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de pós Graduação em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientadora: Prof^a Sueli Menezes Pereira

**Sapiranga, RS, Brasil
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
EDUCACIONAL - EAD**

**A Comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**A GESTÃO ESCOLAR E O PROGRAMA PRONATEC EM UMA
ESCOLA DO SENAC: UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por
Alexandra Lisboa Teixeira Dos Santos

Como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Sueli Menezes Pereira, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)**

Roseane Martins Coelho, Dr^a. (UFSM)

Cristiane Ludwig, Dr^a. (UFSM)

Micheli Daiani Hennicka, Mestre. (UFSM)

Sapiranga, 30 de Novembro de 2013.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR E O PROGRAMA PRONATEC EM UMA ESCOLA DO SENAC: UM ESTUDO DE CASO

AUTORA: ALEXANDRA LISBOA T. DOS SANTOS

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 30 de novembro de 2013.

Esta pesquisa objetiva analisar a gestão escolar em uma escola profissionalizante na aplicação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual pertence à Política de Educação Profissional e Técnica de nível médio. Em um mundo globalizado onde todos têm direito à educação, a educação profissionalizante, não apenas deve preparar o aluno para o mundo do trabalho, como formá-lo para ser um cidadão capaz de compreender e participar da sociedade que se coloca cada vez mais exigente e complexa na atualidade. Esse programa foi lançado pelo Governo Federal, o qual abre oportunidade ao aluno buscar junto ao ensino básico, a profissionalização mediante parcerias público/privado. A partir de critérios de seleção, compreendido aos alunos matriculados no ensino básico de nível médio, neste caso, o curso é custeado pelo Governo na expectativa de alcançar um dos objetivos do programa, de que a qualificação pretendida implica na melhoria da qualidade do ensino médio das escolas públicas. Diante desse pressuposto e com base na Lei e Diretrizes Bases da educação profissional e do ensino médio, busca-se questionar a gestão escolar no desenvolvimento do PRONATEC em uma escola do SENAC, e também analisar o significado do programa para a escola e para os alunos, referente ao ensino médio público integrado à educação profissional, de forma que possibilite planejar um aprendizado com uma visão de tatear o futuro dos jovens estudantes, motivando-os a concluírem o ensino básico e junto prepara-los para a realidade profissional, comprometendo satisfatoriamente o crescimento intelectual e perspectivas futuras.

Palavras-chaves: Educação Básica. Educação Profissional. Gestão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR E O PROGRAMA PRONATEC EM UMA ESCOLA DO SENAC: UM ESTUDO DE CASO

(MANAGEMENT SCHOOL AND THO PROGRAM PRONATEC IN A SCHOOL OF SENAC: A ESTUDIE OF CASE)

AUTORA: ALEXANDRA LISBOA T. DOS SANTOS

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 30 de novembro de 2013.

The goal of this research is to analyse the academic management in a college within the National Program of Access to Professional Education and Employment (PRONATEC) which belongs to the medium level Professional and Technician Education Policy. In a globalized world where everyone has the right of education, vocational education should not only prepare the students to work life but educate them to be citizens capable of understanding and participating in society that has been getting more demanding and complex nowadays. This program was launched by the Federal Government which gives basic education students the opportunity to seek for vocational education along with elementary education through partnerships public/private. From the selection criteria, restricted to students registered in the medium level of basic education, in this case, the course is paid by the government expecting to achieve one of the program's goals that the intended qualification results in the improvement of public high schools quality. Based on this presupposed and on the Basic Vocational and Medium Level Education Guidelines Law, it is searched to question the academic management in the PRONATEC development at a SENAC school, also to analyse the meaning of the program to school and students related to public high schools integrated to vocational schools, in order to enable to plan learning with a vision of groping the future of young students, motivating them to conclude basic level education and preparing them to professional reality, nicely committing to the intellectual growth and future perspectives.

Keywords: Basic Education, Vocational Education, Academic Management, PRONATEC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mensuração dos dados da questão de número 06 do questionário semiestruturado aplicado aos alunos em formação	64
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O PRONATEC E A GESTÃO ESCOLAR	12
1.1 O PRONATEC e suas características	12
1.2 Legislação educacional brasileira – CF/1988 e LDB/1996	14
1.3 Relação entre educação básica e educação profissional e a importância para os educandos	19
2 APLICAÇÃO DO PRONATEC EM ESCOLA DE ENSINO PROFISSIONAL	30
2.1 Modelo de Gestão democrática segundo a CF/1988 e a LDB/1996	31
2.2 Modelo de gestão do SENAC	33
2.3 SENAC – História, origem e finalidades	36
3 METODOLOGIA	42
3.1 Contexto	45
3.2 Participantes da pesquisa	46
3.3 Coleta de Dados	47
3.4 Análises dos Dados	48
4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS	50
4.1 Como o PRONATEC se desenvolve no PPP da escola SENAC	50
4.2 Sistematização dos resultados	56
4.2.1 O questionário com os alunos dos cursos do PRONATEC	61
4.3 Construção dos resultados	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
Apêndice A - Roteiro de Entrevista	76
Apêndice B - Questionário com alunos	77

INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia trata de um estudo que versa sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) proposto pelo MEC em 2011 e pertencente à Política de Educação Profissional Técnica de nível médio. Traz a problemática de uma das finalidades principais do programa, de que a qualificação pretendida implica na melhoria da qualidade do Ensino Médio Público. De acordo com pesquisa documental, elege o Decreto nº 5154/04 como base de análise, bem como a LDB 9493/96, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e as do Ensino Médio e demais referenciais teóricos apresentados no desenvolvimento do trabalho.

Nortear mudanças na educação tem sido pauta das políticas educacionais e um desafio à gestão escolar, responsabilizando diretamente a escola e, nela, os profissionais da educação devido ao acesso e a grande velocidade e quantidade de informações que o mundo das transformações científico-tecnológicas coloca em nosso cotidiano. Os cidadãos brasileiros hoje almejam como prioridade social e intelectual, a concretização de uma educação de qualidade, a qual permita desde as séries fundamentais um diferencial, ou seja, uma absorção que garanta a qualidade na aprendizagem.

Nesta perspectiva, Silva (1996) quando relata que as estruturas organizacionais em si, não conduzem à transformações, indica que os sujeitos que nelas estão inseridos, estes sim podem concretizar as mudanças, tanto no âmbito social, quanto intelectual do indivíduo e desta forma também alcançar os objetivos da organização, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

Justifica-se o estudo entendendo que o PRONATEC tem a finalidade de qualificar os alunos através dos estudos profissionalizantes deixando-os aptos a atuarem em diversos segmentos e setores do mercado, da urbana até a zona rural para fazer contabilidade das terras, produtos, ler e compreender contratos necessários para negociações, calcular custo de produtos, desenvolvimento e execução de projetos, movimentando recursos e produção.

Nas últimas décadas ocorreram constantes transformações vividas em relação ao mundo do trabalho. Estas tiveram início mais significativamente no Brasil, a partir da década de 30, quando a industrialização se impulsionou com a fabricação de produtos e a proliferação do comércio que está diretamente ligado à indústria. Entende-se que no decorrer desse período as instituições - empresas e escolas precisaram adaptar-se frente ao novo modelo de demanda do mercado de trabalho. Entretanto, para viabilizar essas adaptações ao novo cenário o governo federal passou a desenvolver programas educacionais integrando estas instituições a partir de incentivos e parcerias.

Diante de tantas investidas do governo brasileiro, “pensando na educação” para que crianças estejam em sala de aula, estejam matriculadas na escola e para que jovens possam realizar cursos técnicos preparando-se para o trabalho, destaca-se neste trabalho o PRONATEC que é um plano de governo vinculado a instituições de ensino profissionalizantes, que permite focar a educação com caráter profissional, exigindo conforme Art. 2º da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2013, que o estudante deve estar matriculado ensino médio da rede pública. O referido programa também assistirá alunos da educação de jovens e adultos e alunos que tenham “cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento”.

O PRONATEC ação estratégica do Governo Federal, para alcançar os jovens matriculados na educação básica e vinculá-los na educação técnica e profissional, compreendendo também que o mesmo pode ser percebido como motivo de retorno à escola por parte daqueles que abandonaram os estudos antes de concluírem o nível médio. Nesse sentido o programa garante e motiva a continuidade do estudo convencional e integra o ensino médio regular da escola pública à educação profissional.

Assim, a partir de estudos realizados e observações voltadas a esse contexto desenvolveu-se o problema desta pesquisa, o qual procura responder se existe vínculo estabelecido entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica, bem como os desafios para a gestão escolar neste processo.

O objetivo geral do trabalho concentra-se em analisar a aplicação do PRONATEC na escola SENAC na cidade de Canoas/RS que é uma escola de

cursos técnicos, buscando identificar como a gestão da escola administra no projeto político pedagógico o desenvolvimento do programa.

A fim de contemplar o objetivo geral, alguns específicos vieram a ser relacionados consistindo em: - Definir e contextualizar o conceito do programa PRONATEC frente à educação e trabalho; - Analisar como a escola se organiza para que o PRONATEC seja bem executado; - Analisar a preocupação da gestão escolar frente ao contexto ensino e trabalho e os resultados para com os alunos do PRONATEC.

A fim de atender os objetivos propostos neste estudo, o trabalho dividiu-se em três capítulos. O primeiro capítulo aborda especificamente o programa PRONATEC e sua gestão na escola. Este se divide em três seções: a primeira apresenta as características do programa frente a Leis e Diretrizes Bases da Educação n. 9394/96. Referencia os argumentos desta lei que definem o programa como resultado da ação do governo federal, pontuando a preocupação em investir na formação profissional do ensino aos jovens das escolas públicas e técnicas do País, bem como os objetivos do programa diante da melhoria do ensino básico e suas características. A Segunda seção faz uma breve análise da Legislação educacional brasileira – CF/1988 e LDB/1996, dimensionando-as no contexto da educação básica e educação profissional. A CF/88, como lei fundamental e suprema do Brasil, tem por finalidade acolher a compreensão da ordem social no sentido de proteger os direitos sociais fundamentais coletivos e individuais, incluindo o direito à Educação e concretiza a democracia econômica, social e cultural no sentido de efetivar a dignidade da pessoa humana. De acordo com o Art. 205 da CF/1988 o mesmo afirma a educação como “direito de todos”, “dever do Estado” e “da família”.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ainda nesta seção é enfatizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996 e, ao sintetizar a análise nota-se que esta garante os mesmos princípios da CF/88, sendo a gestão democrática, a garantia de qualidade e a permanência do aluno nos níveis escolares fundamentais para uma nova postura de organização político-administrativo-pedagógica das instituições educativas.

Também determina a abrangência da LDB/96 para a educação e a vincula à sociedade para todos os contextos em que o indivíduo vive. Nessa sucinta análise se investiga a relevância da lei frente à educação básica e educação profissional. Na seção três deste capítulo estuda-se a relação entre educação básica e educação profissional e a importância para os educandos. Nessa abordagem se faz necessário salientar o momento em que vive o Brasil, a cerca da economia, tecnologia e globalização aproximando esses cenários com a educação nacional, refletindo sobre possíveis necessidades de mudanças, tanto pedagógicas, curriculares quanto conceituais, até a adoção de novos paradigmas. Prosseguindo nesta lógica se busca referências sobre os valores sociais e sentimentais que a educação e a profissionalização estabelecem na perspectiva de vida dos indivíduos que se projetam para a vida adulta, especificando neste trabalho os estudantes da educação básica do nível médio.

O segundo capítulo se destina a análise da aplicação do PRONATEC em uma realidade que contemple uma escola de ensino profissional. Nas subdivisões deste capítulo são descritas as características da escola, histórico, origem e finalidade da instituição, programa de cursos e também faz uma análise ao modelo de gestão da escola SENAC buscando um equilíbrio ao modelo indicado pelas propostas de gestão democrática atual, em conformidade com a CF/88 e a LDB/1996. Explora também como a gestão escolar do SENAC alinha este programa em seu Projeto Político Pedagógico e o conduz para que seja bem sucedido. Ainda nesta seção verificam-se os princípios que norteiam as práticas pedagógicas que a instituição desenvolve, conforme os dispositivos da Lei nº. 9.394/96 – LDB, a qual regulamenta a Educação Profissional no País e, nesse sentido, oferece aos seus alunos a oportunidade de construção de roteiros em relação à educação profissional.

Para o terceiro capítulo se define a metodologia utilizada no trabalho monográfico, apresentando a natureza da pesquisa, a abordagem, o contexto, as bases referenciais bibliográficas desenvolvidas em livros, artigos, revistas e internet, a fim de explorar os conceitos acerca do tema do trabalho: A gestão escolar e o programa PRONATEC em uma escola do SENAC: um estudo de caso, visando compreender os entendimentos numa esfera teórica. Em outro momento apresentam-se as ferramentas usadas para coletar os dados bem como as técnicas utilizadas e a compilação do conteúdo. A pesquisa que se optou tem natureza

qualitativa e descritiva por possibilitar descrever as características do fenômeno a ser investigado. De acordo com Triviños (2009, p.110) neste tipo de pesquisa, a característica evidente é a de explorar as particularidades e subjetividades dos sujeitos de pesquisa.

Neste caso, se procura compreender e encontrar resoluções que respondam à problemática que se propôs nesse trabalho e serão apresentadas por meio das informações obtidas pelos sujeitos pesquisados, tanto nas entrevistas quanto nos questionários, como também através das observações que foram realizadas no campo de pesquisa.

A pesquisa de campo se dará na cidade de Canoas/RS envolvendo a escola de ensino técnico e profissionalizante, localizada em bairro próximo a zona central do município. Denominada SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, desde sua criação, em 1946, é o principal agente da educação profissional voltada para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. As fontes da pesquisa foram definidas em três classes: os sujeitos, os espaços e os documentos, onde os sujeitos de pesquisa agregam a Direção da escola, Pedagoga e Coordenadora do PRONATEC (equipe gestora) e os alunos dos cursos PRONATEC. Os sujeitos da pesquisa serão esclarecidos da importância, as implicações e os objetivos deste trabalho, além de serem informados sobre os aspectos éticos, o sigilo e o caráter optativo frente à participação da mesma. Definimos como instrumentos de coleta de dados as seguintes etapas: primeiro - uma visita para mediar autorização da aplicação de entrevista semiestruturada com a equipe gestora da escola. A entrevista é entendida como instrumento de coleta de dados e se destaca como um modelo que possibilita demonstrar experiências, representações, valores, emoções e concepções dos sujeitos (LAVILLE, 1999). As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas de forma exata objetivando manter fieis as informações dos indivíduos.

Ao perceber que este estudo contempla um tema significativo e atual, definiu-se também o método de pesquisa através de estudo de caso, por sua característica mais abrangente e aprofundada, que segundo Chizzotti (1995:102), serve para “designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de

uma experiência, ou avaliá-la analiticamente”. Esse estudo será apresentado em forma de relatório com o intuito de discorrer sobre a problemática da pesquisa, demonstrando a contextualização dos dados e indicando possíveis soluções.

Segundo Chizzotti (1995, P. 102), estudo de caso “é a pesquisa para coleta e registro de dados de um ou vários casos, para organizar um relatório ordenado e crítico ou avaliar analiticamente a experiência com o objetivo de tomar decisões”. Nesse estilo de trabalho Lakatos e Marconi (1989, p. 39) afirmam que “São importantes a objetividade e o estilo, mantendo-se a expressão impessoal e evitando-se frases qualificativas ou valorativas, pois a informação deve descrever e explicar, mas não intentar convencer.”

As transcrições dos materiais - entrevistas com a equipe gestora e questionários aplicados aos alunos do PRONATEC se desenvolvem no quarto capítulo, que tem como foco a análise do conteúdo e a construção dos resultados apresentados em forma de relatório qualitativo. Essa análise tem como objetivo estudar mais detalhadamente as informações levantadas para a construção do trabalho, decifrando o sentido de cada fala e das informações coletadas, para assim, sistematizar e relacionar ao objetivo central do trabalho, esclarecendo características, perfis e significação (LAVILLE, 1999), encaminhando a pesquisa para as considerações finais.

1 O PRONATEC E A GESTÃO ESCOLAR

Para apresentar o programa PRONATEC no contexto da gestão escolar, este capítulo se divide em três seções. A primeira delas apresenta as características desse programa de Governo frente à LDB; a segunda aborda a Legislação Nacional referente às Políticas Educacionais e a Constituição Federal de 1988; a terceira procura compreender a importância da relação entre a educação básica e trabalho; abordando a gestão escolar do SENAC frente ao programa PRONATEC e como o mesmo é administrado.

1.1 O PRONATEC e suas características

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – também conhecido como curso de formação profissional e tecnológica para os jovens é resultado de ação do governo federal já pensado pela Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394 de 1996, com recursos do Estado onde há preocupação em investir na formação profissional do ensino aos jovens das escolas públicas e técnicas do País. Lançado pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad e pela Presidente Dilma Rousseff e sancionado pela Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011, pertence à Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No artigo 1º da referida lei fica instituído que:

[...] o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL, 2011)

Do ponto de vista conceitual, essa iniciativa visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional brasileira e melhorar as condições de inserção do cidadão no mundo do trabalho. É um programa que oferece incentivos para alunos

permanecerem ou ex-alunos voltarem à classe e visa uma especialização rápida para profissionalização. Busca também retomar para a escola o conceito de um ambiente que traduz esperança, lugar onde se concretiza o desejo humano de se aperfeiçoar e promover-se intelectualmente, o que é salientado por Silva como um “lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante” (SILVA, 1996, p.52).

Através desse programa é perceptível o retorno de muitos jovens e adultos à escola no momento em que proporciona projetos de estudo e aperfeiçoamento e melhores oportunidades de trabalho. Segundo dados (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012), o PRONATEC pretende criar oito milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio, intensificando a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada, a democratização da oferta aos alunos da Rede Pública e a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público. Foi constituído a partir de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Esse programa também visa a ampliação de vagas e expansão das redes estaduais de educação profissional.

Esta ação é abarcada pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que teve a adesão das 27 unidades da federação. Os recursos serão repassados para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

Diante do momento de desenvolvimento que vive o Brasil, fica cada vez mais evidenciada a grande preocupação e desafios para as gerações presentes, referente à qualidade da educação básica e a direção de uma qualificação profissional que as insira no mercado de trabalho. Diante dessa realidade, surge a urgente necessidade de formar profissionais qualificados para atuar num mercado globalizado e exigente. Movido por essas razões, explica-se a criação do programa PRONATEC que surgiu como resposta imediata para estas novas questões e tem por meta beneficiar três milhões de brasileiros com a oferta de Cursos Técnicos e Profissionalizantes. O Programa é constituído por diversas frentes de atuação, sendo primeira, a ampliação do Ensino Técnico Profissionalizante que é, também, desenvolvido em uma parceria dos *Governos Estaduais, o Governo Federal, o SENAI, o SENAC, entre outras instituições*. São ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada

(FIC), como também Cursos Técnicos, com significativo quantitativo de vagas. (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).

A perspectiva de uma reforma educacional que assegure mudanças estruturais na educação básica se dá devido ao fato de vislumbrar em um caminho mais próximo a oportunidade de ingressar em um curso técnico e profissionalizante, que se estreita aos que são alunos efetivos de escolas públicas. Desse ponto de vista o programa age de forma a motivar e despertar o interesse do aluno em permanecer e na educação básica e média vislumbrando oportunidades concretas de qualificação pretendida. E um dos desafios do Programa, é de que a qualificação pretendida implique na melhoria da qualidade do Ensino Médio Público. As ações do PRONATEC dispostas nos documentos oficiais evidenciam uma concepção de Estado e de formação profissional e de relação lógica com a sociedade civil.

O que se nota é que a realidade sócio-econômica nacional tem gerado demandas mais específicas e as exigências do mercado de trabalho se tornam cada dia mais complexas e competitivas, exigindo que o indivíduo busque a qualificação profissional para ser aceito e para atender as necessidades da sociedade brasileira. Diante desses fatos, Saldanha (2012), comenta que talvez seja esse o motivo da criação de leis e projetos nas Políticas Educacionais, muitas vezes de caráter emergencial não se permitindo uma análise mais crítica e eficaz.

1.2 Legislação Educacional Brasileira – CF/1988 e LDB/1996

A Constituição Federal de 1988 firmada como lei fundamental e suprema do Brasil, acolhe a compreensão da ordem social que envolve a Educação, no sentido de proteger os direitos sociais fundamentais coletivos e individuais, incluindo o direito à Educação, concretiza a democracia econômica, social e cultural, efetivando na prática a dignidade da pessoa humana entre outros objetivos para o Estado brasileiro (BRASIL, 1988).

Especificamente na Educação é perceptível o avanço proporcionado pela Constituição Brasileira de 1988 e se torna mais visível ainda ao analisarmos seu

texto legal, quanto ao comprometimento do Estado brasileiro, no momento em que assegura o direito à educação frente à universalidade dos cidadãos brasileiros, ao frisar a “educação como sendo direito de todos e dever do Estado” conforme Art. 205, além do detalhamento descrito com maior profundidade em seu Art. 208 de que esse dever estatal será efetivado na prática por meio da garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, estendido àqueles que não tiveram acesso em idade apropriada.

Essa determinação proporcionou o direito social à educação e trouxe junto aos cidadãos brasileiros a garantia de acesso ao ensino fundamental, estimulando projetos de desenvolvimento e evolução de legislação no âmbito educacional no Brasil.

O Art. 205 da Constituição de 1988 determina que a educação “é direito de todos”, “dever do Estado” e “da família”:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Nessa análise percebe-se a dimensão educacional que a lei quer abranger, o que se traduz em deliberações de que nenhum cidadão brasileiro pode ficar sem frequentar a escola. Portanto, ninguém está excluído dessa lei e é dever das instituições competentes promover a educação do povo conforme destacou Herkenhoff (2001). Através destas resoluções de lei entende-se que o governo é o responsável direto por criar, manter e zelar por escolas públicas permitindo acesso ao povo. A família nesse contexto se destaca como um órgão de valor valioso para com a sociedade brasileira e nela está a responsabilidade de fazer cumprir a lei.

Da mesma forma o inciso I do Art. 206, diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; o inciso IV afirma a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”; e o inciso VII trata da “garantia de padrão de qualidade”.

A relevância da análise sobre o foco da gratuidade e compreensão da importância desta questão como o papel central que implica a Constituição Federal de 1988 no que tange a legislação educacional brasileira nos dias atuais implica na interpretação de que todos os indivíduos têm o direito de buscar junto ao Estado a

prestação educacional, compreendendo que, se houver descumprimento dessa obrigação, a lei se torna ineficaz e a responsabilidade da autoridade competente se torna incoerente.

É interessante observar que a Constituição contrapõe um ponto relevante à obrigatoriedade do ensino médio àqueles que não tiveram oportunidade de acesso em idade apropriada. O art. 208, inciso II propõe a “progressiva universalização do ensino médio gratuito” e, nesse contexto, a lei fomenta debates quanto aos níveis de ensino e proporciona abordagens na perspectiva de um ensino básico versus profissional.

Nesse sentido, se percebe que há necessidade de compreender as probabilidades e objetivos daqueles que, fora da idade regular buscam o ensino, tratando-se, portanto de pessoas que deixaram a escola, ou por necessidades socioeconômicas ou, por falta de vagas em escolas oficiais, ou mesmo por falta de motivação e optaram por trocar os estudos por trabalho para seu sustento e ajudar suas famílias. Desta forma se faz necessário um ensino mais voltado à perspectivas profissionais.

Ao encontro disso, o art. 208 da CF/88, destaca no inciso V, oportuniza a todos o acesso aos níveis superiores do ensino nacional, “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”; gerando expectativas para a categoria dos trabalhadores brasileiros de conciliar suas atividades profissionais com cursos de interesse que abranjam os diferentes graus de ensino, além de optar pela realização de cursos técnicos e profissionalizantes, adequando-se aos diferentes turnos ofertados por instituições distintas.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988, é percebido grande preocupação em favor da educação nacional, garantindo a educação ao cidadão brasileiro em todas as etapas da sua vida. A CF abarrotada de programas e projetos foca em fortalecer a sociedade brasileira mediante a educação, de acordo com o inciso VII, “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. A relevância social e pedagógica desse dispositivo de lei tem a função de amenizar alguns problemas sociais mesmo que levemente, por garantir material didático, transporte, alimentação e saúde, promovendo o acesso do aluno à

escola, principalmente ao ensino básico, pois muitas vezes esses são os requisitos que garantem a frequência dos mesmos. Essa premissa influencia no desenvolvimento do país, favorecendo a inclusão social e efetiva na prática do direito à educação.

O Brasil foi considerado pioneiro, inovador e transformador por meio da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que por este documento legal houve o avanço do país na questão educacional e do direito social público. Em vigor desde 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, a mesma favorece constantes análises que vislumbram novos caminhos que possa trilhar a melhoria da educação.

Em conformidade com a Constituição de 1988 é aprovado em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996. Por esta lei ficam garantidos os mesmos princípios da CF/88, sendo a gestão democrática, a garantia de qualidade e permanência do aluno na escola, princípio este fundamental para uma nova postura de organização político-administrativo-pedagógica das instituições educativas, identificando que o país já vivia outra realidade educacional diferentemente da organização que aqui se implantou com as leis do regime de exceção durante a ditadura civil militar.

O processo de análise entre o projeto original e a promulgação da lei levou oito anos. Somente então houve deferimento da Lei n. 9394/96 em 20 de Dezembro de 1996, ou Lei Darcy Ribeiro, em vigor e conhecida como LDB/1996 (segunda LDB do país) no plano educacional. Com seu caráter abrangente, social e renovador a LDB/96 propõe progressos ao sistema educacional ao observar:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (BRASIL, 1996)

A lei conceitua a abrangência da educação ao vinculá-la a todos os contextos sociais vividos pelo indivíduo no núcleo da sociedade. Essa abrangência demonstra a preocupação em proporcionar desenvolvimento intelectual ao ser humano, habilidades para o trabalho, formação e qualificação garantindo sua independência. Nesse sentido, descrito no mesmo artigo - inciso II que “A educação escolar deverá

vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Esse texto evidencia o importante papel da educação nesse universo de conquista e objetivos pessoais e, por sua vez, caracteriza a educação como uma finalidade social.

A educação entendida como um direito social básico e universal quanto vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país, (FRIGOTTO, 2003), é de grande importância para a construção de uma nação autônoma, soberana e solidária, com sólida relação consigo mesma e com outras nações. Ou seja, a educação deve ser determinada e determinante na construção do desenvolvimento social de uma nação soberana. Além de ser fundamental e decisiva para a formação integral do ser humano e da ciência, constituindo sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, ao mesmo tempo a educação tem o papel de romper com condições históricas de subalternidade e transpassa resistindo a cultura de dependência científica e tecnológica.

Carneiro (1998) desenvolve a ideia de que houve uma quebra de paradigmas com o desenvolvimento e a efetivação da nova LDB a qual veio contribuir para ampliar o sentido da educação tornando-a flexível a ação do indivíduo sobre si mesmo. Contribui também para que este possa construir seu destino nos mais diversos planos da vida, ou seja; na família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais. O autor reforça que em qualquer desses âmbitos distintos ocorre um processo formativo no qual o indivíduo é iniciado num tipo de aprendizagem com base nos moldes da cidadania.

Entretanto essa ideia é complementada na lei que expandiu o acesso aos diversos níveis de ensino, como forma de fazer cumprir a obrigatoriedade de ensino estabelecida, conectando responsabilidades a todas as esferas administrativas de poder: à União, aos Estados, aos Municípios, às escolas e aos docentes. Logo, essa Lei de n. 9394/96 trouxe em sua composição, definições relevantes para a educação tecnológica básica nacional pela reconfiguração de toda a base curricular tanto da educação básica em seu conjunto como do ensino médio em especial, preparando-o para o exercício das profissões técnicas.

Oito anos depois a LDB confirma e dá maior consequência a esse sentido descentralizador, quando afirma, no parágrafo 2º de seu artigo 8º: Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei. Mais ainda, adotando a flexibilidade como um de seus eixos orientadores, a LDB cria condições para que a descentralização seja acompanhada de uma

desconcentração de decisões que, a médio e longo prazo, permita às próprias escolas construir 'edifícios' diversificados sobre a mesma 'base'. (PRADIME, 2007, p. 87).

Conforme disposto no Art. 36-A, parágrafo único da LDB que "A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional". Propõe desenvolver de forma integrada – para aqueles que concluíram ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; ou de forma concomitante - permitida para alunos que ingressaram ou já estejam cursando o ensino médio.

De acordo com as normas estabelecidas na LDB, estabeleceu-se o projeto de governo PRONATEC abrigado por instituições especializadas em educação profissional, como o SENAC, SENAI, entre outras, que ampararam esse projeto, permitindo ainda mais o acesso ao aluno estudante aos cursos técnicos oferecidos.

1.3 Relação entre educação básica e educação profissional e a importância para os educandos

O Brasil vive um momento em que as demandas econômicas exigem que a nação supere expectativas de crescimento econômico e social e, diante disso, vem a necessidade de formação humana e qualificação profissional que atenda essa demanda.

Esse momento influencia no sistema educacional, onde se percebe uma necessidade para se pensar em perspectivas mais amplas para a educação na sociedade atual e, diante desses novos fatores, são traçados novos objetivos contemplando novas formas de organização institucional, curricular e pedagógica a fim de que haja transformações na educação brasileira e que através dela as demandas de todos os setores socioeconômicos da nação sejam atendidas com qualidade.

Ao passar pelo ensino fundamental onde as concepções de formação humana, sociabilidade e caráter social já devam ter sido absorvidos pelo aluno, então especificamente no nível médio os termos entre educação básica e educação profissional, se relacionam entre si, na concepção de que a preparação para o trabalho também gera “princípio formativo ou educativo” (FRIGOTTO, 2012).

No que diz respeito a procedência desses princípios segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos¹, “todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de se alimentar, de se proteger das intempéries e criar seus meios de vida”.

Na ideia desses autores, socializar o ser humano é fundamental e essa socialização deve ocorrer desde a infância, o que provocará gradualmente um desenvolvimento ético diante de tarefas sociais e reais de subsistência no mundo. Manacorda, utilizando ideias de Marx, alinha suas ideias nesse contexto, afirmando:

Não pode haver, (...) uma ciência natural e uma ciência do homem separadas, porque a relação do homem com a natureza firma-se na indústria, isto é, na sua atividade vital, produtiva (ou melhor, na atividade produtora da vida) e esta é, ao mesmo tempo, uma história natural e uma história humana. (MANACORDA, 1991, p. 109).

Nessa abordagem faz-se interessante salientar que o trabalho como princípio formativo e educativo, não está diretamente associado ao tipo de trabalho alienado do sistema capitalista ou como técnica didática, mas entende-se, entretanto que é pressuposto natural e ético-político do indivíduo para que haja socialização humana. Nessa conduta os conceitos educacionais concernidos na teoria de Marx, sobre a junção do ensino intelectual, do trabalho físico e a aprendizagem promovida com a formação tecnológica seria interessante ao desenvolvimento intelectual realista, desvinculado da alienação mental.

No Brasil se estabeleceu a configuração capitalista e, nesse sentido, as ideias de Marx aprofundam a dimensão do trabalho humano como a resposta às necessidades vitais, historicamente determinadas e, ao mesmo tempo, um processo aberto que cria novas condições que modificam a sua própria natureza (Marx, 1983).

¹ FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. - O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- Excertos.

Gramsci (1982), também enfatiza o trabalho como princípio educativo e, neste processo, o ensino deveria estar ligado com o trabalho como complemento, ou seja: “se insere no ensino pelo conteúdo e pelo método”. (MANACORDA, 1991, p. 135).

A escola deveria ser o fio condutor entre os alunos e o estudo das ciências naturais e sociais, ao considerar que estas são o “ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo”, Gramsci (1982) e continua;

[...] para a compreensão do movimento e do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado. (GRAMSCI, 1982, p. 130)

Distintas propostas e ações que contemplem a educação vinculada com o exercício técnico e profissional tem sido pauta no Governo Federal. Algumas aprovadas e efetivadas, como é abordado na LDB aprovada (9394/96), sobre um ensino politécnico ou politecnismo no ensino médio no Brasil sobre o qual ainda escutam-se diversos debates, enfocando o ensino médio e sua possível reestruturação e o próprio programa PRONATEC, entre outras.

Ao encontro disso a ideia de Manfredi (2002), concebe que pelo fato do capitalismo ter crescido de tal forma no Brasil desde o século passado, as relações entre trabalho e educação, têm gerado transformações que são notadas na sociedade o que se reflete na educação como instância de preparação para a inserção do sujeito no mercado de trabalho. Outro autor contribui com a ideia de que a escola deve preparar o indivíduo para contribuir com a economia, é Kuenzer (1997); que diz;

Se a lógica do capital é a distribuição desigual do saber, a escola presta um serviço à classe trabalhadora, e não ao capital, ao formular propostas pedagógicas que democratizem o saber sobre o trabalho. Contrariamente, ao articular-se às necessidades do mercado de trabalho, serve ao capital. (KUENZER, 1997, p.31).

Prosseguindo com as análises relacionadas mais especificamente ao ensino básico de nível médio, os conceitos de educação e profissionalização passaram nos últimos anos por mudanças de percepções e principalmente de atenção social. A preocupação com essas questões têm estado mais presente no âmbito das

autoridades que regem nosso país. Ao mesmo tempo, a percepção da sociedade com relação ao conceito de educação também sofreu diversas transformações ao longo do século, devido à configuração capitalista que se estabeleceu no Brasil como abordado acima. Estas mudanças estão relacionadas não apenas ao que se refere a objetivos intelectuais, mas também aos valores materiais e sentimentais promovidos pela educação quando oportunizadas na vida de cidadãos. Nos dias de hoje a educação e a profissionalização estabelecem valores sociais e emocionais que formam pilares fundamentais na perspectiva de vida do indivíduo desde a infância, projetando-se para a vida adulta.

Sabe-se que essas mudanças se originaram a partir do desenvolvimento do capitalismo, conforme Kuenzer (1984), esse fenômeno econômico desencadeou novos formatos e conceitos de produção, que permitisse repetir o produto, diferenciar pequenos detalhes e novamente produzi-lo – linha de produção -, um conceito novo e inovador de processos (taylorismo-fordismo), que passou a garantir a acumulação do capital e racionalizou a ciência da produção, o mercado então passou a exigir mão de obra qualificada para a fábrica.

Neste contexto, desde a década de 30 onde iniciou no Brasil a expansão industrial, se percebe na sociedade através de sinais de comportamento e consciência social, que os conceitos entre trabalho e educação se relacionam forma mais estreita, na observação da ideia de Romanelli (1987), onde faz referência a uma dualidade do ensino na qual reflete buscando compreender a criação pelo Governo de um sistema de ensino de escolas profissionalizantes, paralelo ao ensino oficial. Contudo a autora analisa o êxito deste sistema na qualificação profissional frente ao ensino oficial, destaca que:

Apesar de as Leis Orgânicas terem criado, para o sistema oficial de ensino, a possibilidade de ministrar formação dos vários tipos, esse sistema, porém, não tinha condições para comandar o treinamento rápido de mão de obra de que precisava a expansão econômica da época. Isso porque, ainda que não faltassem recursos materiais e humanos (e esse não era o caso do Brasil), a formação técnica proporcionada pelas escolas do sistema oficial estava longe de poder acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico dos últimos anos. Se a escola tentasse dar, além de formação técnica básica, também o treinamento, ela teria de passar por uma constante “reciclagem”, com revisão cotidiana de conteúdo, método, aparelhamento, etc., o que seria impossível para o sistema. (ROMANELLI, 1987. P. 91).

Obviamente que as escolas profissionalizantes necessitam de estarem atentas as constantes atualizações para acompanhar as demandas do desenvolvimento. Estar atualizado é garantia de êxito das mesmas e faz parte de sua especificidade.

Entretanto, padronizar nas escolas de educação básica de nível médio um modelo de ensino com abordagens técnicas ou laboratórios técnicos, oneraria demasiadamente o sistema escolar oficial, além de exigir aperfeiçoamento de professores, etc., isso poderia também prejudicar o desenvolvimento do padrão de ensino básico atual.

Desta forma, sob os conceitos de educação profissional é importante considerar também que se faz necessário, concomitantemente, segundo Carvalho e Lacerda (2010, p. 311), uma formação de caráter geral e específico, ou seja, uma formação teórica e prática, pois sem isso “serão reproduzidos modelos dicotômicos”. Na ideia do autor a inteligência estaria concentrada somente num objetivo alienado, fazendo com que os indivíduos desenvolvessem apenas tarefas pré-estabelecidas com trabalhos manuais. Em outras palavras considera que:

[...] romper com modelos e soluções pré-fabricadas, compartimentadas, em busca de um modelo que estimule a criatividade, a curiosidade, a capacidade de abstração e o pensamento sistêmico... Tal é o que sugere este diálogo, que julgamos pertinente. (CARVALHO; LACERDA, 2010, p.311).

Nessa perspectiva, enquadra-se o programa de Governo – PRONATEC, o qual valoriza a educação profissional e, ao mesmo tempo cria requisitos de acesso vinculados à educação básica, desvinculando do imaginário comum das classes populares de que os cursos profissionalizantes podem inseri-las rapidamente no mercado de trabalho, sem a necessidade da formação do ensino básico.

Em função disso, o interesse pela análise do PRONATEC e sua aplicação em uma escola e como a gestão escolar administra esse programa emergiu do fato de se perceber a grande procura de jovens e adultos aos cursos de especialização profissional em instituições que se especializaram em desenvolver profissionais para compreender e participar ativamente do mundo do trabalho. Nesse contexto é possível perceber que muitos alunos que já concluíram o ensino básico de nível médio não tiveram em a oportunidade de pensar, discutir ou escolher seu futuro profissional na escola e sofrem as consequências disso quando se depararam com a

necessidade de sair para o mercado de trabalho, considerando que tais questões não são trabalhadas no âmbito da escola e tampouco discutidas em sala de aula. A falta de compreensão do aluno quando criança ou jovem sobre a importância da educação básica ocasiona pouca absorção de conhecimentos o que gera um desempenho escolar deficiente e que pode resultar em obstáculos para o futuro profissional destes.

Essa pesquisa possibilita o confronto com situações nas quais podemos avaliar a grande busca por profissões técnicas, especializações emergenciais de jovens e de adultos, que por motivos variados não traçaram um norte para seu futuro profissional na base fundamental da educação escolar e não conseguiram ser bem sucedidos na aprendizagem. Como pode ser identificado no documento do Seminário de Pesquisa – Trabalho e Políticas Públicas de Educação² onde diz que:

Os sujeitos jovens da escola pública diurna e noturna (com suas diferenças) são, predominantemente, jovens filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, do campo e da cidade, de regiões diversas e com particularidades sócio-culturais e étnicas. Os que estão fora da escola de nível médio são predominantemente jovens pobres e, em maior quantidade negros, com incidência maior no campo, nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias das grandes cidades. São os jovens alvos das políticas focais compensatórias e cujo futuro de trabalho é incerto.(Seminário de Políticas Públicas, 2006. P. 21)

Segundo dados estatísticos do IBGE de 2006³, as matrículas do ensino médio decaíram em 48% dos municípios brasileiros com diminuição de 94 mil matrículas. Em contrapartida houve aumento significativo de matrículas no ensino supletivo (PROEJA). Essa constatação espelha a realidade de uma sociedade movida pelo capitalismo no qual uma parcela social fica desprovida de oportunidades e é forçada a optar pelo trabalho, nem sempre adequadamente qualificado, para atender suas necessidades primárias.

Essas são situações que afastam o país de uma relação entre educação e desenvolvimento, de uma educação que proporcione ao jovem uma melhor compreensão de mundo e de uma qualificação para entender o mundo do trabalho, cada vez mais complexo e exigente em conhecimentos científicos e tecnológicos, e que dele possa participar conscientemente.

² Fonte: <http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/003620>

³ Anais do Seminário de Pesquisa: Trabalho e Políticas Públicas de Educação, 2006. P.276)

A contemporaneidade mostra sinais em nossa sociedade que atentam para a necessidade da escola estar aberta às diversas possibilidades de educação, seja para formação social e intelectual do indivíduo, quanto para a formação profissional.

Pensando assim, observa-se que;

Quando afirmamos que a educação, tida como fator de mudança social e de desenvolvimento, é capaz de criar uma demanda, isso significa que ela é capaz de transformar a demanda potencial em demanda efetiva de educação, seja pela elasticidade da oferta que ela proporciona, seja pela real integração do sistema educacional num sistema global de desenvolvimento, com o conseqüente equilíbrio entre a qualificação profissional e as necessidades do sistema de produção. Nessa perspectiva a garantia de trabalho que a qualificação dada pela escola oferece é a pedra de toque da motivação concreta da população para a procura de educação escolarizada, o que também concorre para que o sistema de educação, criando a procura efetiva, acabe por criá-la e orientá-la na direção em que exige o desenvolvimento global. (ROMANELLI, 1987. p. 67).

As constantes transformações e crescimento vividos no Brasil desde os anos 30 contribuíram para que ao longo deste período as instituições - empresas e escolas - precisassem adaptar-se frente a esta nova demanda do mercado de trabalho, recebendo influências e incentivos também do Governo Federal. Porém para que as instituições se adaptem a esse novo contexto, é necessário haver coerência interna e externa por parte do sistema de ensino. Dois fatores essenciais que caracterizam sua viabilidade são apontados por Romanelli (1987, p. 67) como “Um mínimo de coerência interna capaz de dar consistência lógica ao sistema e que signifique, de um lado, a existência de objetivos bem definidos para cada um dos níveis de ensino e, de outro, uma articulação criada pelos objetivos de cada nível.” A autora reflete sobre uma interdependência entre eles que haja interação de modo que um seja continuação do outro, possibilitando traçar objetivos relacionados com a formação do aluno para as próximas etapas da vida.

A autora também destaca que deve haver coerência externa:

[...] que vise, antes de tudo, a uma adequação do sistema global de ensino às exigências do contexto sócio-econômico-cultural, em que está imerso. Essa adequação representa uma dinâmica, na qual a escola busca uma readaptação constante ao nível do desenvolvimento social e econômico, quer gerando produtos acabados, que se traduzam por recursos humanos de que carece o sistema econômico, quer absorvendo os produtos gerados pelo progresso científico-tecnológico, quer, enfim, desempenhando um papel importante junto a este último, criando ou recriando, no seu próprio âmbito, o progresso de que carece o meio.(ROMANELLI, 1987. p. 67).

O contexto do desenvolvimento social e econômico vigentes, inevitavelmente impõem exigências de adaptações e transformações ao sistema educacional para o que é necessário que as mesmas sejam respondidas para atender às necessidades da economia e da sociedade, para um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da demanda social de educação, ou seja, para absorver a população escolarizável presente.

Nessa perspectiva é possível perceber mudanças de percepção nos planos educacionais, conforme a ampliação do conceito de educação básica a partir da LDB de 1996. A lei anterior estabelecia como básico o ensino chamado de primeiro grau. Dessa forma, a nova lei considera como básica para um cidadão a formação que segundo a versão atual⁴ da LDB no Art. 4º contempla que a educação básica escolar pública será efetivada como obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade e está organizada nos seguintes níveis: educação infantil que corresponde ao ensino realizado em creches e pré-escolas dos quatro aos cinco anos de idade; ensino fundamental que é composto por nove anos de estudo, iniciando-se aos seis anos de idade e tem por objetivo a formação básica do cidadão; e o ensino médio - etapa final da educação básica -, com duração mínima de três anos, onde se consolidará todo o aprendizado durante todo o período anterior e, por fim, preparará esse aluno para o mundo do trabalho, embora o universo do trabalho ainda esteja separado deste.

Laval (2004) critica que a “escola não é uma empresa”, e através dessa ideia é possível perceber que os modelos de gestão empresarial foram reproduzidos no âmbito educacional;

Apesar das repetidas declarações sobre a “modernização”, essa “reorganização gerencial da Educação Nacional” não é original, como o mostram as evoluções que outros sistemas escolares conheceram. Viu-se quanto a escola americana tinha, precocemente, seguido essa via desde a época do taylorismo triunfante. Os administradores da escola se tornaram novos “capitães de educação” cuja identidade estava construída sobre o modelo dos capitães de indústria. Admiradores dos chefes de empresa, de seus métodos bem como de seus sucessos comerciais e financeiros, eles partilhavam as mesmas concepções da sociedade e do indivíduo e apresentavam muitas vezes as mesmas características sociais e mentais. A

⁴ LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação ; n. 102). Atualizada em 8/5/2013. ISBN 978-85-402-0101-9 (e-book)

universidade americana, gigantesca e fragmentada, estava, ela também, sob o jugo dos administradores. (LAVAL, 2004, p. 258).

Embora o foco aqui não seja esse, compreende a ideia de Ciavatta (2005, p. 1) que diz ainda que o “trabalho como atividade fundamental da vida humana existirá enquanto existirmos”. Todavia nesse texto, é possível rematarmos que a forma integrada de educação profissional pode representar um recurso para integração entre educação básica e profissional, a educação politécnica e escola única, na medida em que convirjam para restabelecer a práxis pela base humanística conciliada com a compreensão dos princípios científicos, resgatando o estudo do trabalho como categoria central da formação do indivíduo e da sociedade humana.

De acordo com a LBD no Art. 35 as finalidades do ensino médio consistem em:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL,1996).

Ainda em conformidade com a LBD/96 a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, são os pilares que conceituam a educação básica. De acordo com dados da Secretaria da Educação Básica retirados do portal MEC⁵, esse é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação para os anos 2011-2020, que se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional.

Se a escola é mais que um espaço de produção de conhecimento e de transformação social, como defende Freire (1998), então, nela os sonhos e os

⁵ Portal do MEC - <http://portal.mec.gov.br/>

objetivos são gerados, nela o indivíduo começa a traçar seu destino. Nesse sentido, o ser humano está intrinsecamente ligado a uma dualidade existente no universo escolar, as quais se tratam de formação do indivíduo na fase ainda criança onde inicia o desenvolvimento às práticas da sociabilidade, é preparado para conviver em sociedade, enfrentar diversidades, se preparar para as fases futuras, ou seja; à qualificação humana que, segundo Frigotto (2003), diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores em uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano. É a preparação para o desenvolvimento social produtivo, ou seja; inserir-se no mundo do trabalho para continuar a conviver dignamente em sociedade como indivíduo independente garantindo seu próprio sustento e sua sobrevivência.

A modalidade da educação profissional começou a ser tratada, mais profundamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004. A lei redesenha ainda as diretrizes da educação profissional, com isso a nova orientação legislativa estabelece a possibilidade de acesso à educação profissional de uma forma mais ampla.

Da Educação Profissional frente à LBD/96, no Art. 36-A observa-se que a lei estabelece que o ensino médio tem a finalidade de preparar o aluno para exercer profissões técnicas. Na tradução do dicionário Aurélio online⁶ o termo profissão significa: “Gênero de trabalho habitual de uma pessoa; emprego; trabalho; ofício”.

Nesse contexto, entende-se que o ensino médio prepara ou pode habilitar o aluno ao mercado de trabalho e no parágrafo único deste artigo diz que esta preparação pode ocorrer nas próprias instituições de ensino ou em instituições especializadas na educação profissional.

Já no Art. 36-B a lei define que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

⁶ Fonte: Dicionário Aurélio online: disponível em:(<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Profissao>)

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

De acordo com as disposições da lei, no Art. 36-C, a educação profissional será definida como educação profissional técnica de nível médio articulada, desenvolvida em duas etapas: a) integrada; esta deve ser oferecida àqueles que tenham concluído o ensino fundamental, em cursos planejados na mesma instituição, que conduzirão o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, b) concomitante; permite que sejam feitas matrículas para cursos técnicos aos alunos que estão cursando o ensino médio ou nele ingressarem.

A opção para estes cursos pode ser feita na mesma instituição de ensino quando há interesse nas ofertas, bem como em “instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado”.

A lei reserva no Art. 36-D, para os alunos destas modalidades de cursos de educação profissional técnica de nível médio os diplomas ou certificados de qualificação para o trabalho e, quando “registrados terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior”, desde que finalizados os cursos.

Seguido do Art. 39 da Lei 9394/96 que complementa que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Observa-se que mediante os dispostos na LBD, fica determinado como papel da educação profissional atuar no desenvolvimento de cursos que objetivam a inserção do aluno no mercado de trabalho, tanto para os estudantes, quanto para aqueles que buscam qualificação e atualização profissional, nos níveis básico, técnico e tecnológico. Em razão disso, o Governo Federal estabelece ações que facilitam o contato dos alunos do ensino básico de nível médio a escolas de educação profissional, através de programas como, por exemplo: o PRONATEC que será abordado com mais profundidade no próximo capítulo.

2 APLICAÇÃO DO PRONATEC EM ESCOLA DE ENSINO PROFISSIONAL

O segundo capítulo foca-se na aplicação do programa PRONATEC em uma realidade concreta. A escola de abordagem é o SENAC da cidade de Canoas/RS, as informações pesquisadas de acordo com o *site* www.senac.br⁷ através do link unidades, relatam que o SENAC Canoas foi fundado em 1995 e remodelado em 2006, desenvolve os cursos de Moda (vestuário), Estética, Saúde, Informática, Idiomas, Gestão, Comércio, Operador de Computador, Comunicação e Técnico em Administração. Entre ações extensivas e matrículas são cerca de sete mil atendimentos por ano.

A observação se dará aos cursos desenvolvidos pela instituição de forma geral, os quais se aplica o programa PRONATEC. O *site* informa também que a instituição faz parte da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO), o que vincula a entidade ao mundo do trabalho por meio das 580 mil empresas do comércio de bens, serviços e turismo – que geram 1,3 mil empregos formais. Além disto, disponibiliza educação em todos os níveis – do menor aprendiz à Pós-Graduação.

Analisa-se o modelo de gestão escolar, fazendo uma análise ao modelo de gestão da escola SENAC buscando um equilíbrio junto ao indicado pelas propostas de gestão democráticas atuais em conformidade com a CF/88 e a LDB/96. Neste capítulo também será abordado como a gestão escolar do SENAC conduz este programa para que através de seu projeto pedagógico tenha sucesso no âmbito da instituição, no decorrer deste capítulo será apontado os princípios que norteiam as práticas pedagógicas que a instituição desenvolve, conforme a Lei nº. 9.394/96 – LDB, a qual regulamenta a Educação.

⁷Fonte disponível em http://portal.senacrs.com.br/site/unidades_conheca.asp?unidade=31

2.1 Modelo de Gestão democrática segundo a CF/1988 e a LDB/1996

De acordo com Rosa (2011), o termo gestão refere-se a administração. Para o autor:

A ciência da administração tem raízes no trabalho de Frederick Winslow Taylor, no início do século passado, nos Estados Unidos. Taylor, engenheiro de formação, foi um dos precursores da ideia de linha de produção, ao estudar tempos e movimentos na execução de tarefas. (ROSA, 2011, p. 25).

Ao contextualizar gestão democrática, entende-se que no Brasil, após um período de ditadura entre os anos de 1964 a 1985, houve a retomada da ação político-democrática e amplas discussões sobre gestão democrática na escola pública, porém reconhecida legalmente na forma de lei quando se instituiu a Constituição Federal de 1988 – de acordo com o Art. 206, inciso VI “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Mais tarde a LDB de 1996, consolida esse princípio, formulando “a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII).

A gestão democrática na educação brasileira desde sua constituição é tema de amplas discussões entre estudiosos da área, que buscam caminhos para que os fundamentos da lei sejam compreendidos, aplicados e eficazes nas escolas brasileiras. De acordo com a LDB 9.394/96;

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

A compreensão desses princípios segundo Vieira (2005) denota que a gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, entrega a responsabilidade às unidades federadas para que encontrem maneiras de gerir,

administrar e fazer gestão democrática levando em consideração suas características local, cultural, organizacional, desde que conduza os elementos da gestão democrática, além da constituição e atuação do Conselho escolar; elaboração do Projeto Político Pedagógico; definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, eleição direta para diretores, entre outras ações. Para tanto, deverão estar integrados nestas ações os profissionais da educação e a comunidade escolar e a local envolvidas no contexto.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação precisa modificar os padrões burocráticos ou efetivar mudanças nas estruturas organizacionais; precisa ser encarada como mudança de paradigmas, em busca do sentido real de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje ainda é praticada. Administrar envolvendo o coletivo geral continuado, vislumbrando mudanças baseadas nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem também, a finalidade da escola.

Diante de um novo cenário na economia brasileira, o universo da educação e do trabalho tiveram suas lógicas alteradas, porém ambos necessitaram de reformulação e apontaram ser mais exigentes, onde o trabalho exige mais qualificação, enfatiza a aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais. E essas exigências por sua vez interferem nas políticas educacionais, redirecionando o pensar e o fazer político-pedagógico, o que certamente traz implicações para a gestão escolar.

A educação é, antes de qualquer coisa, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (GRZYBOWSKI, 1986, p. 41-2 apud FRIGOTTO, 2000, p. 26)

É relevante a cada escola, considerar os diferentes segmentos que constituem uma instituição escolar, nos contextos social, estrutural e educacional e, a partir destas observações, se faz importante que a escola desenvolva seu próprio Projeto Político Pedagógico (PPP), documento onde serão traçados objetivos, metas,

planejamento de ações objetivando obter sucesso tanto na administração da escola como na aprendizagem do aluno.

A autonomia pedagógica está amparada na lei 9.394/96 no inciso I do Art. 12 estabelece que “respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Ainda que a autonomia pedagógica e financeira e a implementação de um Projeto Político Pedagógico próprio da unidade escolar encontrem vários limites no paradigma de gestão escolar vigente, de acordo com Bitello (2013), destacam-se entre eles: a) centralização das decisões; b) barreiras ao ser estabelecido princípios de organização colegiada da gestão e do trabalho pedagógico; c) Projeto Político Pedagógico restrito ao atendimento das determinações das secretarias de educação, não acarretando mudanças significativas na lógica autoritária da cultura escolar; d) formas de provimento nos cargos dirigentes dissociadas da comunidade local e escolar.

A gestão democrática implica, portanto, a efetivação de novos processos de organização e gestão, baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação pode ser implementada e realizada de diferentes maneiras, em níveis distintos e em dinâmicas próprias no cotidiano escolar.

2.2 Modelo de gestão do SENAC

A gestão escolar pode ser compreendida como um modelo que envolve a administração do espaço escolar, ou, segundo Rosa (2011) em maior amplitude, compreendendo-a como um canal onde entram questões do próprio sistema educacional de forma mais abrangente. Nesse contexto, é gerida a gestão escolar do SENAC, de acordo com Werle (2009 apud VIEIRA, 2007) sobre essa questão, dizendo que:

A gestão educacional é o espaço de ação dos governos e se expressa na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal com suas incumbências e formas de articulação. Ou seja, a gestão educacional implica em vários tipos de iniciativas desenvolvidas pelas instâncias de governo. A gestão escolar situa-se no plano da ação da escola, envolvendo tarefas específicas numa perspectiva de autonomia bem como de trabalho coletivo. (WERLE, 2011 apud VIEIRA, 2007, p. 141).

A LDB 9394/96 nos Art. 68 ao Art. 71 dispõe das fontes sobre os recursos os quais financiam a educação pública;

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:
I – receita de impostos próprios da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
II – receita de transferências constitucionais e outras transferências;
III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
IV – receita de incentivos fiscais;
V – outros recursos previstos em lei.

Conforme o Art. 69 da LDB há preocupação por parte do Governo Federal em investir na educação do país, os recursos para tal são providos dos impostos pagos pelos cidadãos e consistem entre 18% da receita arrecada anualmente por parte da União. Os estados, o Distrito Federal e os municípios também são responsáveis por investir recursos financeiros no ensino, o percentual de investimento fica fixado em “vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas constituições ou leis orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.” Através das alterações advindas da LDB/96, dando ênfase não só a educação básica, mas também a educação profissional, vislumbrando bolsas de estudo aos estudantes, bolsas através de ações, para cursos técnicos profissionalizantes, nessa perspectiva o governo também investirá na educação profissional técnica conforme o Art. 39, que abrange a educação profissional e tecnológica, “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

A lei ainda destaca a forma de abrangência da educação profissional e tecnológica estabelecida conforme o segundo parágrafo do mesmo artigo, “A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de educação profissional técnica de nível médio”.

A partir dessas Interpretações analisa-se o Modelo de Gestão do SENAC; como instituição que desenvolve cursos profissionalizantes e técnicos, neste caso, vinculados a educação básica.

Segundo dados da Nota orientadora do PRONATEC – publicado pela Secretaria de Estado da Educação do RS⁸, é disposto que cabe aos gestores das escolas públicas estaduais oportunizarem aos seus alunos a participação nos eventos de divulgação do PRONATEC, em articulação com as CREs⁹ e Centros de Desenvolvimento Humano. Nessas oportunidades as instituições ofertantes dos cursos, Sistema S e IFs, apresentarão todos os detalhes dos cursos aos alunos do 2º e 3º anos do ensino médio. O Programa tem sua gestão feita pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), foi instituído pela Lei Federal nº 12.513, com a finalidade de aumentar a oferta de educação profissional e tecnológica à população brasileira. O SENAC do Rio Grande do Sul, instituído como parceiro do programa tem como prioridade oferecer cursos de formação e aperfeiçoamento e habilitação técnica de nível médio em todas as unidades do Estado. O programa contemplará com vagas em cursos gratuitos.

Participante dessa parceria entre governo e instituição capacitada para atender a o programa está o SENAC, como uma das instituições autorizadas a oferecer os cursos pelo PRONATEC.

Atualmente, o Sistema S tem, na sua formação, além do SENAI e SENAC, o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). É o maior sistema brasileiro de atuação no campo da educação profissional em seus diversos níveis: qualificação básica, educação técnica e tecnológica, (KUENZER, 2010).

Em relação ao Sistema ‘S’ a autora afirma:

⁸ Fonte disponível em:

http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012102113658625nota_orientadora_n%C2%BA_01__2012.pdf Nota Orientadora PRONATEC-Tec/RS nº 01/2012 - Apresentação do Programa Cronograma.

⁹ Coordenadorias Regionais de Educação – CREs

Em seus 60 anos de estruturação, com recursos constantes e permanentes, construiu uma infraestrutura humana e tecnológica de alta qualidade em todo o território nacional. Sua relevância e qualidade são inquestionáveis; sua contribuição na qualificação profissional e suas ações na área social contribuíram com o desenvolvimento da nossa nação e muito ainda deve ser feito pela educação básica em prol dos trabalhadores deste país. (KUENZER, 2010, p. 281)

2.3 SENAC – História, origem e finalidades

As fontes de pesquisa para sintetizar os dados referentes a história, origem e finalidades do SENAC, se deu a partir de leituras realizadas através do *site* da Instituição¹⁰ e referências bibliográficas vislumbradas no decorrer da pesquisa e complementando de acordo com a obra de Romanelli (1987, p. 165) a qual faz abordagens mais específicas sobre a criação do sistema de educação profissional, neste caso o SENAC, que se trata de uma instituição de direito privado criada em 1946, fundado no Brasil no governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de ser escola de aprendizagem de operações manuais, subordinada à Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O primeiro passo para sua criação foi em junho de 1945, pelo Ministro do trabalho, indústria e comércio da época, Alexandre Marcondes Filho que assinou portaria criando uma comissão especial destinada a promover a difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial no país. Em setembro daquele mesmo ano era criada a Confederação Nacional do Comércio (CNC), órgão sindical patronal máximo do comércio no Brasil. Logo após seu surgimento, a CNC passou a empenhar-se na criação do SENAC, que foi afinal instituído pelo Decreto-Lei nº 8.621, de janeiro de 1946. Outro Decreto-Lei, o de nº 8.622, estabelecia a regulamentação do ensino comercial e fixava direitos e deveres de comerciantes e comerciários.

Ainda de acordo com Romanelli (1987), no período de criação do SENAC o mundo estava vivenciando o final da Segunda Guerra Mundial perante um cenário socioeconômico que começava a exigir mão de obra melhor qualificada e já existia

¹⁰ Fonte: www.senac.br

grande necessidade de fabricar nacionalmente os produtos que até então eram importados. Segundo Pereira (1997) “Era necessário fabricar, dentro do Brasil, o que não mais se podia comercializar no estrangeiro. A industrialização se expandia rapidamente e logo, naturalmente, também se modificava”. Essa transformação industrial fez com que o homem migrasse para áreas urbanas, as quais se ampliavam gerando novos mercados consumidores.

Na obra de Romanelli (1987, p. 165), observa-se que a criação do SENAC veio para favorecer essa nova demanda, concebida nacionalmente “onde o aluno era pago para estudar” e desde então houve disposição de programas gratuitos, como Programa de Aprendizagem Comercial, segundo Bitello (2013), “regulamentado pelo Decreto Federal n. 5.598/2005, que determina que estabelecimentos de qualquer natureza sejam obrigados a empregar e matricular aprendizes em porcentagem equivalente a 5%, no mínimo e 15% no máximo”, favorecendo os funcionários registrados para as cada unidade fabril. Onde as atribuições visam a formação profissional do aprendiz e a exigência é de que haja concomitância entre o trabalho e os estudos cursando o nível fundamental ou concluído. Da mesma forma se destaca outro Programa em evidência atendido pelo SENAC e custeado pelo Governo Federal, tal como o PRONATEC que oferece cursos técnicos profissionalizantes aos jovens estudantes da educação básica e será estudado com mais profundidade no decorrer da pesquisa.

Segundo dados do *site* do SENAC (www.senac.com.br), a instituição possui uma rede de escolas próprias distribuídas por diversos pontos do país e se mantém com a contribuição arrecadada de todos os estabelecimentos comerciais vinculados à CNC, correspondente a 1% do montante pago por cada uma dessas empresas ao conjunto de seus empregados. A entidade possui uma administração nacional e diversas administrações regionais. Seu órgão dirigente máximo, o Conselho Nacional, é composto pelo presidente da CNC, representantes do Ministério do Trabalho e representantes dos diversos conselhos regionais. O primeiro presidente do Conselho Nacional foi João Daudt de Oliveira.

É constituído como uma organização de educação profissional de direito privado, tem como objetivo, colaborar na obra, na difusão e para o aperfeiçoamento do ensino profissional no setor terciário da economia – comércio e serviços.

Atualmente o SENAC contempla instituições em diversas regiões do Brasil e possui muitas outras finalidades.

Na especificidade do SENAC no Estado do Rio Grande do Sul, objeto desta pesquisa e de acordo com o descrito no Projeto Político Pedagógico do RS - PPP (2009) teve início em suas atividades no estado em 13 de setembro de 1946.

As novas tecnologias de comercialização incorporadas começavam a ser exigidas e adotadas, demandando, assim, uma força de trabalho ajustada às novidades técnicas e com maior especialização profissional. Iniciava-se, aí, toda uma trajetória de sucesso que norteou a linha filosófica do SENAC/RS em sua atividade-fim: a Educação Profissional para o setor de comércio e serviços.

No *site* também consta informações de que atualmente, a instituição SENAC/RS é administrada pela FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – entidade que conta com 109 sindicatos filiados, representando mais de 490 mil empresas que respondem por 49% do PIB gaúcho e cerca de 1,3 milhões de empregos. Desse modo, o SENAC/RS mantém estreita relação com as empresas do setor terciário da economia, pelos empresários que integram o Conselho da Federação, bem como o Conselho Regional da Instituição. Essa interface permanente entre a classe empresarial do setor e a instituição educacional permite a validação das ofertas de Educação Profissional oferecidas pelo SENAC.

Por tradição a instituição atuava apenas nos níveis de educação inicial e continuada e cursos técnicos, por mais de seis décadas no Brasil, porém com sua atuação consolidada e reconhecida passou a atender na educação superior, há oito anos no Estado do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, DF e Ceará.

Especificamente no RS, estão presentes 40 Unidades Educacionais próprias, em 35 cidades do Estado, 16 Balcões SESC/SENAC instalados em sedes dos Sindilojas locais. Possui em Porto Alegre duas faculdades e quatro escolas. Das 40 escolas do SENAC no Estado, 21 constituem-se em unidades Educacionais que focam a formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT), 16 Escolas de Educação Profissional técnica de nível médio e Formação Inicial, credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e quatro Faculdades Credenciadas pelo MEC que oferecem cursos de graduação Bacharelado e graduações tecnológicas.

Entretanto a instituição compreende o Departamento Nacional, com jurisdição em todo o país e Departamentos Regionais, com jurisdições nas bases territoriais correspondentes, que são compostas pelo Conselho Regional (órgão deliberativo) e pelo Departamento Regional (órgão executivo). No Rio Grande do Sul, possui, em sua estrutura, um Diretor Regional, Gerentes de área, Diretores de Unidade, Coordenadores e pessoal tático e operacional.

O SENAC/RS desenvolve Educação Profissional através de um modelo pedagógico focado na apropriação de competências. Assim, contribui para o desenvolvimento da capacidade do indivíduo em articular conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas e previsíveis, dentro e fora do mundo do trabalho.

De acordo com as linhas norteadoras dessa prática pedagógica e, conforme os dispositivos da Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual regulamenta a Educação Profissional no País – o SENAC/RS oferece aos seus alunos a oportunidade de construção de roteiros de educação profissional. Sob esse enfoque, o roteiro é um percurso a ser construído pelo aluno/trabalhador em busca de sua formação individual e global que o conduza a níveis mais elevados de competência, na sua integralidade como pessoa e profissional.

Ao longo de sua existência, O SENAC vem acompanhando os avanços teóricos decorrentes das mudanças que se operam no âmbito do pensamento educacional e da própria conjuntura econômica. Essa busca se manifesta numa concepção de educação profissional progressivamente mais crítica e sintonizada com as exigências criadas pelo mundo do trabalho.

Dessa forma, ao oferecer os Cursos Superiores de Tecnologia, o SENAC/RS o faz consciente de sua larga experiência em educação profissional e ciente de que preparar profissionais é auxiliar o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade e no mercado de trabalho, oportunizando-lhes uma formação sólida e polivalente.

Desta forma o SENAC/RS define seus objetivos com a Missão de “Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, de serviços e turismo”. E da mesma forma define sua Visão, “Até 2020 a qualidade da produção e da disseminação de conhecimentos do SENAC/RS permitirá um resultado operacional

que possibilitará aplicar 100% da contribuição compulsória em ações gratuitas”. (www.senac.br), dados registrados no *site* da instituição. Levando em consideração a missão e visão definidas, a instituição se norteia através de princípios que se traduzem na palavra Estratégia, conforme (www.senac.br); “Mobilizar para a mudança por meio da Liderança Executiva, Traduzir a Estratégia em termos operacionais, Comunicar a Estratégia, Motivar para a Estratégia e Converter as Estratégias em Processos Contínuos”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica, sustentada na ideia de que a escola deve assumir o trabalho de refletir sobre sua intenção educativa. Com o Projeto Político Pedagógico cria-se uma nova identidade à escola e nesse documento deve ser contemplado a questão da qualidade de ensino que se propõe. Com a LDB a escola ganhou autonomia para construir seu projeto, executá-lo e avaliá-lo, refletindo assim sobre suas finalidades sociopolíticas e culturais

Em acordo com essas ideias e princípios norteadores, estão Coutinho e Ferraz conceituando a educação como:

Foco de nova política orientada para a competitividade, com ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador e melhor distribuição de renda. Desnecessário seria ressaltar, que a capacitação tecnológica existe nas pessoas e não só nos equipamentos (...) A valorização dos recursos humanos, através da educação básica, técnica e continuada dos trabalhadores, é o elemento central da mobilização para a competitividade. (...) O sistema produtivo voltado para o desenvolvimento competitivo é o mesmo que ocupa trabalhadores qualificados e, portanto se preocupa com a educação e o sistema educacional. (COUTINHO & FERRAZ 1994, p. 97).

E nesse sentido, observa-se a importância da educação básica para a formação do indivíduo. Em contrapartida é nas dependências da educação básica no nível do ensino médio que o jovem inicia nova percepção de vida, na qual deverá sair da escola básica e nesse momento integrar-se às relações profissionais, tanto no segmento estudantil migrando para nível técnico ou superior quanto para o mercado de trabalho, que exigirá conhecimentos e habilidades técnicas, conforme se lê;

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como

elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. (PILETTI & PILETTI, 2000, P. 239)

Porém, observa-se que na educação básica não há uma correlação dos conteúdos de formação geral com o mundo do trabalho, ou seja; de uma relação estreita com esse universo que ainda é externo à escola. De modo que, por exemplo: as expressões matemáticas sejam ensinadas para a resolução de uma questão cotidiana, como analisar juros cobrados ao se contratar um empréstimo, nos dias de hoje. A educação básica não integra a formação geral que conduziria o indivíduo ao desenvolvimento da cidadania e já direcionando para o preparo para o trabalho.

Neste contexto, evidencia-se a grande procura por parte de estudantes do ensino básico – Nível médio e de adultos, por cursos técnicos e profissionalizantes em áreas distintas de atuação nas dependências do SENAC/RS, principalmente nos programas de governo como o PRONATEC.

3 METODOLOGIA

Levando em consideração o referencial teórico que norteia esta pesquisa buscou-se identificar a metodologia mais adequada para o estudo proposto, a fim de atender aos objetos traçados no presente estudo, neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos aplicados no trabalho monográfico.

Neste caso, a pesquisa foi bibliográfica, documental e o método é estudo de caso com investigação no local bem como bibliográfica, pois foi feita uma revisão literária dos principais conteúdos que deram suporte ao problema de pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 57), “a pesquisa bibliográfica, ou de fonte secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas [...]”.

Nesta etapa da pesquisa foi realizado um levantamento exploratório das publicações de artigos, dissertações e teses sobre a temática: trabalho que analisa a gestão escolar e o programa PRONATEC em uma escola do SENAC: um estudo de caso, buscando compreender as relações entre educação básica e educação profissional e suas características diante da legislação educacional brasileira.

O objetivo foi verificar o que já foi estudado a respeito por outros autores. A investigação também foi documental uma vez que foram utilizados documentos internos do SENAC Canoas, tais como: Projeto Político Pedagógico e Plano de Ensino dos cursos. Nesta fase foi feita uma visita à instituição para a análise dos documentos impressos e houve busca também de informações no *site* institucional. Em função dos objetivos propostos e sujeitos da pesquisa foi escolhida como estratégia de pesquisa a abordagem qualitativa, que se justifica conforme Marconi e Lakatos (2007, p.272) “[...] o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes”. Como estudo de caso realizou um aprofundamento e detalhamento do PRONATEC na unidade do SENAC Canoas/RS. De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 274), pode-se dizer que “o Estudo de Caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”. Sua limitação está no fato de que, a observação de fenômenos e suas relações, restringem à unidade

estudada. Por outro lado, na visão de Yin (2001), um importante aspecto no estudo de caso é utilizar diversas fontes de evidências. Diante disto e, visando atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: observação e documental.

Moraes (2003, p. 193) define que a “análise textual parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos que examinamos. Os materiais analisados constituem um conjunto de significantes”.

Nesse aspecto, atribui-se significados sobre conhecimentos e teorias visto que é o objeto para ser analisado, para isso, deu-se início ao trabalho de análise pela leitura da transcrição das respostas das entrevistas e questionário e produzimos o *corpus* da análise textual, com base nos dados recolhidos. O perfil dos entrevistados foi analisado, compilados e descritos de maneira absoluta, os dados dos questionários foram tratados com análise textual qualitativa e de forma unitária, as respostas descritivas provenientes do questionário foram agrupadas. As informações obtidas através das entrevistas foram analisadas pela técnica de análise de conteúdo enfocada por Moraes:

[...] as unidades de análise são sempre definidas em função de um sentido pertinente aos propósitos da pesquisa. Podem ser definidas em função de critérios pragmáticos ou semânticos. Num outro sentido, sua definição pode partir tanto de categorias definidas *a priori*, como de categorias *emergentes*. Quando se conhecem de antemão os grandes temas da análise, as categorias *a priori*, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Entretanto, uma pesquisa também pode pretender construir as categorias, a partir da análise. Neste caso as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa (MORAES, 2003, p. 195).

Bardin (2008) apresenta três diferentes fases de análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Minayo (2007, p.317) define que nesta fase de pré-análise são determinadas:

[...] unidade de registro (palavra-chave ou frase), a unidade de contexto (a determinação do contexto de compreensão da unidade de registro), os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais (tratados no início ou levantados nesta etapa, por causa de ampliação do quadro de hipóteses ou pressupostos) que orientarão a análise.

Afirmando que o campo de pesquisa deste trabalho é o SENAC Canoas na zona urbana, entretanto se fez interessante exemplificar um case de trabalho bem sucedido com o PRONATEC associado ao ensino básico.

Neste caso, sabe-se que não é uma prática de todas as escolas de ensino básico de nível médio, a integração da educação básica com a educação profissional, percebendo como um bom exemplo a ser destacado e que tem despertado grande interesse nos alunos matriculados no ensino médio, bem como o trabalhador jovem é a aplicação do PRONATEC em uma escola de educação básica no Rio Grande do sul, que se chamou de “PRONATEC Campo” devido a escola estar localizada na zona rural. O programa visa qualificar os agricultores familiares de todas as faixas etárias com cursos técnicos profissionalizantes.

As atividades iniciaram em maio de 2013, no município de Humaitá – RS, na Escola Estadual Maria Cristina e no município de Tiradentes do Sul – RS na Escola Estadual de Educação Básica de Tiradentes do Sul em turmas organizadas pela FETRAF-SUL/CUT¹¹.

Segundo dados do *site* FETRAFSUL, a “capacitação de agricultores familiares é uma reivindicação antiga da FETRAF-SUL/CUT”. Para a coordenadora da Federação no Estado gaúcho, Cleonice Back – é um sonho antigo que se realizou através do programa de governo. Nesta modalidade as primeiras turmas participaram do Curso de Agricultor Familiar que “aborda instruções básicas de português, matemática, informática, produção de alimentos, agro industrialização e gestão da propriedade”. Com os estudos, os alunos agricultores ficam aptos a fazer a contabilidade das terras, produtos, ler e compreender os contratos necessários para negociações, bem como se permitirão desenvolver meios e projetos para gerar recursos e produção.

Ainda segundo a fonte pesquisada, outras onze turmas já ingressaram na capacitação e qualificação sobre o trabalho de “produtos embutidos e defumados” e “produção de hortaliças, frutas e plantas aromáticas”, o programa conta com mais 22 novas turmas para iniciar no mês de setembro, O PRONATEC Campo é um

¹¹ Fonte disponível em:

http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2533:primeiras-aulas-do-PRONATEC-campo-iniciam-nesta-segunda-feira-no-rs&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104

programa desenvolvido através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação e Institutos Federais.

A abordagem desta pesquisa se deu ao se perceber que esse programa tem chamado a atenção dos estudantes do ensino básico de nível médio, pois encontram a possibilidade de aprenderem uma profissão enquanto estudantes.

3.1 Contexto

A pesquisa foi realizada no SENAC Canoas/RS, localizado na zona urbana da cidade, local em que são oferecidos cursos de aprendizagem e qualificação profissional, os sujeitos desta pesquisa foram a equipe diretiva da unidade e alunos do programa PRONATEC. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma instituição de educação profissional, atuante no Brasil e no RS desde 1946, com o objetivo de colaborar na obra, difusão e aperfeiçoamento do ensino profissional no setor terciário como abordado no capítulo anterior.

A instituição faz parte da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO), o que vincula a entidade ao mundo do trabalho por meio das 580 mil empresas do comércio de bens, serviços e turismo – que geram 1,3 mil empregos formais. Além disto, disponibiliza educação em todos os níveis – do Menor Aprendiz à Pós-Graduação.(www.senac.br).

As informações segundo o *site* www.senac.br¹² através do link unidades, é relatado que a unidade do SENAC Canoas foi fundada no ano de 1995, sofrendo modificações em 2006, com o foco mais voltado para os cursos na área de Moda e Beleza, porém também oferece cursos de qualificação nas áreas da “Saúde, Informática, Idiomas, Gestão, Comércio e Comunicação” e desde Abril/2013 desenvolve o curso Técnico em Administração, onde atende maior número de alunos matriculados no ensino médio. Para prática profissional, a unidade oferece aos alunos laboratórios com estrutura física necessária para vivenciar as práticas profissionais.

¹²Fonte disponível em http://portal.senacrs.com.br/site/unidades_conheca.asp?unidade=31

A participação do SENAC ao programa PRONATEC, por meio da Lei Federal 12.513/2011, já estava prevista desde a elaboração das estratégias iniciais do programa – que contava com a experiência e o compromisso do SENAC em promover o desenvolvimento de competências profissionais como meio de acesso pleno à cidadania.

Acredita-se ter sido apropriada a escolha do local da pesquisa, pois propiciou o contato com os alunos em formação e da equipe gestora. E por já haver trabalhado nesta instituição e com turmas do PRONATEC, a pesquisadora detém o conhecimento da dinâmica do funcionamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A partir disso, foi possível fazer observações em sala de aula no decorrer do semestre em benefício desta pesquisa, assim como acesso a algumas informações necessárias para explorar a pesquisa.

3.2 Participantes da pesquisa

Visando atender aos objetivos propostos e obter diferentes percepções sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foram participantes da pesquisa:

- a) A Diretora da unidade do SENAC Canoas/RS;
- b) A pedagoga responsável pelo Setor Pedagógico do SENAC Canoas/RS;
- c) Alunos em formação no SENAC Canoas nos meses de setembro e outubro/13;

Após a realização da entrevista com a Diretora, a Pedagoga e a Coordenadora do PRONATEC da instituição, foi autorizado o questionário nas turmas participantes do programa, desta forma foi possível coletar 120 questionários, nas turmas dos seguintes cursos: Informática/Operador de Computador, Desenho Técnico para Moda/Vestuário e do Técnico em Administração. Todos os alunos do programa são matriculados no ensino básico de nível médio.

Os questionários foram enumerados aleatoriamente a partir do número 01 até o número 120, este processo recebe função de codificar os participantes, a fim de

manter o sigilo às informações pessoais dos mesmos, para que havendo necessidade de destacar falas, opiniões, entre outros dados pertinentes aos questionários os respondentes sejam identificados pelo código atribuído.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2013, através de três diferentes instrumentos: primeiramente a entrevista, em segundo o questionário ambos semiestruturados aplicados durante dois dias consecutivos na instituição, no período da manhã e da tarde, a terceira ferramenta utilizada foi análises de fonte documental. Esses instrumentos foram adotados ao observar através de Yin (2001, p.120), que “[...] um ponto forte muito importante da coleta de dados para um estudo de caso é a oportunidade de utilizar muitas fontes diferentes para obtenção de evidências”. Antes de fazer uso desses métodos de coleta, houve observações e anotações como dados primários realizados em sala de aula, devido ao acesso que a pesquisadora possuía, pois durante o semestre trabalhou com turmas compostas por alunos do programa PRONATEC nas quais ministrou dois cursos distintos. Essas observações foram sendo anotadas em um diário de campo, com a finalidade de serem utilizadas mais tarde no desenvolvimento da pesquisa e juntamente com a realização do questionário semiestruturado.

A entrevista com a equipe gestora: a Diretora da instituição, a Coordenadora do PRONATEC e a Pedagoga responsável pelo setor pedagógico aconteceram em hora e data marcada definida pelas entrevistadas, com duração de 30 minutos e seguiram um roteiro preestabelecido (Apêndice A). De acordo com Marconi e Lakatos (2007), este tipo de entrevista, permite ao entrevistador mais flexibilidade no desenvolvimento das perguntas conforme o andamento da mesma, dando liberdade de explorar mais amplamente cada questão, contudo ainda garante esclarecer dúvidas e avaliar atitudes durante a entrevista. Ainda segundo os mesmos autores, uma má comunicação pode ocorrer, resultando em interpretações distorcidas entre entrevistado e entrevistador, o que seria uma desvantagem deste tipo de entrevista

e, para evitar esse problema, recomenda-se gravação para manter a fidelidade dos dados.

Para os alunos em formação, aplicou-se um questionário semiestruturado (Apêndice B) durante o mês de outubro/13. O instrumento buscou identificar o perfil do aluno, através de dados pessoais como a profissão do pai ou responsável, idade, etc., além de verificar se a formação está possibilitando o acesso ao emprego ou primeiro emprego, identificar as contribuições do curso para os jovens e perspectivas no mercado de trabalho, também focou em investigar de que forma o PRONATEC contribui para a melhoria do ensino básico e se o programa está garantindo e motivando a permanência do estudante na escola.

Visando entender a importância do PRONATEC para com a educação básica e como a Gestão Escolar do SENAC Canoas administra esse programa, relevante a isso se deu a observação dos resultados e significados do programa junto aos alunos. Para garantir os dados na íntegra, a entrevista foi gravada, logo transcrita, sendo registradas em forma de relatório qualitativo submetendo-se às análises baseadas na estrutura do roteiro de entrevista (Apêndice A), nesta etapa destaca-se as falas mais relevantes que surgirem, o relatório será apresenta com análise quantitativa mensurada em planilha do programa Excel e transcritas no relatório proposto.

Também foram analisadas fontes de dados documentais, como o Projeto Político Pedagógico e o Plano dos Cursos desenvolvidos pela instituição.

3.4 Análises dos Dados

Após a aplicação da entrevista, questionários, ou seja; após o encerramento dos meios de coleta de dados, deu-se início a transcrição e sistematização das investigações e observações de forma que “a análise de dados consiste em examinar, analisar, categorizar e classificar ou recombina as evidências tendo em vista a proposta inicial do estudo” Yin (2001, p.131).

No primeiro momento foram efetuadas as transcrições das entrevistas, logo realizou a leitura com o propósito de conhecer o conteúdo e organizar as primeiras

impressões diante das respostas. Deste modo, foram observados pontos em comum nas falas da equipe diretiva – Diretora, Pedagoga e Coordenadora do PRONATEC. Bem como as respostas iguais ou semelhantes nos questionários aplicados aos alunos em curso, as quais foram agrupadas.

Além dos dados levantados para as transcrições, foi feito uso dos documentos internos disponíveis acima citados para fundamentar as análises, esse método está de acordo com a ideia de Bauer (2002, p. 195), reforçando que “há dois tipos de textos: textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevista e protocolos de observação; e textos que já foram produzidos [...] como jornais ou memorandos de corporações”.

Através da aproximação e compilação das transcrições das entrevistas feitas na instituição somada com a análise dos documentos e, de acordo com as orientações da pedagoga, buscou-se entender como os cursos do PRONATEC são desenvolvidos pelos docentes nas práticas de sala de aula e como se desenvolve também na gestão da escola.

Com o material construído a partir dos alunos que responderam somente ao questionário, os dados foram analisados em qualitativos e quantitativos e agrupou-se as respostas descritivas através do critério de semelhança e divergência. É importante destacar que os alunos em formação tiveram na maioria das respostas entendimentos parecidos devido a estrutura do questionário.

Ao encontro dessa análise, Moraes afirma que:

A matéria prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal [...]. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então de ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo. (MORAES, 1999, p. 2).

Desta forma prosseguiu-se com a exploração do conteúdo a fim de facilitar a interpretação dos textos, relacionando-os ao referencial teórico explorado anteriormente na pesquisa. Para o desenvolvimento do relatório qualitativo foi necessário realizar o cruzamento das respostas dos entrevistados e as falas da equipe gestora, a fim de interpretar as informações levantadas e relacioná-las ao objetivo deste trabalho, apresentando os resultados no capítulo a seguir.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo compreende a pesquisa de campo, análise textual do *corpus* do trabalho, abordando o desenvolvimento e aplicação do programa do Governo Federal – PRONATEC na escola de cursos profissionalizantes – SENAC Canoas.

Apona as características do programa diante do PPP da escola, a gestão escolar e a importância para os alunos do ensino básico de nível médio que buscam os cursos desta escola promovidos pelo programa, assim como investiga também os resultados e significados do mesmo junto aos alunos. O capítulo se baseia na sistematização das respostas à entrevista aplicada com a equipe gestora e do questionário aplicado aos alunos do programa e conta com a análise documental do PPP da instituição, Planos de cursos, Manual do PRONATEC, entre outros referenciais teóricos.

4.1 Como o PRONATEC se desenvolve no PPP da escola SENAC

Antes de abordar o desenvolvimento do PRONATEC no PPP da escola SENAC, é necessário entender o significado dessa sigla que se traduz em Projeto Político Pedagógico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira 1975, p.1.144).

Já os termos político e pedagógico associados a “projeto” têm sentido de acordo com Marques (1990, p.23) “como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis á efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”, que visa atribuir a vivência democrática envolvendo a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1996, p.19).

O PPP compreende o importante papel de aproximar a dimensão política da dimensão pedagógica da escola, porém, trata-se de uma ação bastante complexa para ser desenvolvida. O PPP é entendido como processo democrático de decisões no interior da escola, ao encontro disso Veiga (2001, p. 11) afirma que este tem a finalidade de buscar uma forma de organização do trabalho pedagógico, superando conflitos; organizando o trabalho pedagógico na sua globalidade: “em relação a uma organização geral, da escola à sala de aula, enxergando a escola como um todo e contextualizando as situações sociais da qual está inserida”. A autora argumenta que o PPP deve ser concebido da realidade que se está centrado, “tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;” e “ser construído continuamente, pois com produto, é também processo”.

Falar sobre o projeto pedagógico (PP) da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO, 2005. P. 1)

O autor fala sobre “práticas de gestão”, nesse sentido, está vinculado eficácia do trabalho com o PPP, o documento tem função de apontar necessidades de organização do trabalho pedagógico e visa estabelecer mudanças nas relações competitivas, corporativas e autoritárias, do mando impessoal, da burocracia, em trabalho democrático, etc. a fim de subtrair as diferenças e hierarquia dos poderes de decisão, para que em conjunto se efetive a autonomia da instituição de delinear uma identidade própria para a escola.

Investigar o PPP da escola SENAC/RS e entender sua relação com o compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população (PPP, 2009), para isso se faz necessário contextualizar também como o programa de

governo PRONATEC se desenvolve no PPP desta escola e como seu desenvolvimento tem contribuído para a qualidade da educação diante da legislação educacional e diante de uma nova cultura e um novo mercado de exigências.

O Projeto Político Pedagógico é previsto e descrito no artigo 12 da LDB n.º 9.394/96: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e a dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de: I. elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]”. (BRASIL, 1996). Ao investigar o Projeto Político Pedagógico do SENAC, foi percebido que a instituição manifesta suas propostas através de um único PPP com abrangência por Estado, ou seja; no caso do SENAC Canoas vale o PPP instituído para o SENAC do Rio Grande do Sul, sendo assim para todas as outras unidades do estado, disponibilizado em formato de livreto digital na Intranet das unidades do SENAC/RS.

Ao aprofundar a compreensão em como se desenvolve o PPP desta escola, observou-se através do documento (PPP, 2009, p. 13) que até 2003 o SENAC/RS mantinha suas ações pedagógicas com base num documento chamado: “Referenciais para Educação Profissional do SENAC 2002”, esse documento foi criado pelo SENAC/RJ - Departamento Nacional (DN) para amparar os princípios políticos, filosóficos e pedagógicos adotados pela instituição que servem de base para a elaboração dos PPPs de todas as unidades no Brasil, originou-se através do documento¹³ de título, “Formação Profissional SENAC: Uma Proposta para o Setor de Comércio e serviços” no qual referenciou o objeto do documento identificando três eixos de necessidades que compreendem: segundo Beretta (2010), a) “nova institucionalidade da educação profissional e sua regulamentação”, garantida pela LDB 9.394/96 e Decreto Federal 2.208/97 de onde decorrem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. B) “caráter identitário e utilitário dos cursos” os quais oferecem qualificação ao trabalhador, desta forma frisa a importância da educação profissional. C) o terceiro eixo se relaciona ao “comprometimento e ao empenho” da instituição em desenvolver pessoas e organizações para o trabalho, através de ações educacionais.

¹³ SENAC/DN. Formação Profissional SENAC: Uma Proposta para o Setor de Comércio e Serviços. Rio de Janeiro: SENAC/DN, 1996.

Nesse sentido, a proposta pedagógica do SENAC em geral é fundamentada em uma concepção crítica nas relações entre educação, sociedade e trabalho e lida com naturalidade com a ideia de que a inserção no universo do trabalho pressupõe a passagem por um processo de formação escolar. Nessa ideia, Paiva (1997), considera que a educação profissional entendida pelo SENAC excede a “simples correlação com o mercado de trabalho”, visando formar cidadãos e futuros profissionais. O SENAC nessa perspectiva propõe um modelo de educação profissional a partir de competências, pensando no futuro trabalhador, sob essa ideia o autor se manifesta dizendo;

Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas de formar para a vida na qual também se insere o trabalho nem sempre como foco fundamental da existência, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para que se possa enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego” – de modo a permitir rápidas reconversões e reprofissionalizações ao longo da vida. (PAIVA, 1997, p. 15).

Essa perspectiva passou a fazer parte do PPP (2009) do SENAC/RS, quando passou a contemplar a necessidade de aproximar as propostas dos documentos já desenvolvidos nas realidades regionais, onde teve autonomia para desenvolver seu primeiro Projeto Político Pedagógico¹⁴ (PPP), mostrando novas direções e construção de nova identidade pedagógica para a Instituição. Essa percepção se desenvolveu no ano de 2008 onde a escola percebeu novas tendências, sociais, econômicas, educacionais e políticas, entre outras que configuram o cenário mundial e local.

Dando início a uma revisão dos documentos que até então eram seguidos, para construção do PPP, que através da construção coletiva gerou novas certezas, identificando novas concepções a respeito de mundo e da educação, valorização de professores, estudantes e demais colaboradores do SENAC/RS, construindo uma rede interdependente de pessoas, experiências e saberes (PPP, 2009).

O PPP do SENAC/RS como documento norteador da área educacional, se desenvolve com a reflexão de que a educação deve contribuir para a formação do

¹⁴ SENAC. RS. Projeto político pedagógico: ideias em movimento: construindo projetos de vida/ Gisele Palma, Vera Regina Flocke Keller; org. Fabiane Franciscone. – Porto Alegre, SENAC-RS, 2009. P.59.

ser como pessoa, ensinando a viver no sentido de tornar-se cidadão conforme Morin (2008) é, “definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade”.

A importância do documento é entendida pela instituição como:

[...] plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização [...] de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, p.2).

Esse pensamento tende a contribuir para que o sistema educacional identifique o papel da educação, vislumbrada como um espaço de transformação. Entretanto, essa reflexão requer posições e atitudes que não se conformem com as práticas educacionais hegemônicas que na visão de Gramsci (1988), significa a forma de domínio e poder de uma classe social sobre um grupo da sociedade, as quais formam indivíduos numa expectativa condicionada, contribuindo para a manutenção de uma sociedade despercebida de suas essências.

Tais práticas, sustentadas por políticas educacionais promotoras de processos de homogeneização e padronização, são incompatíveis com as demandas por uma educação crítica e reflexiva na sociedade contemporânea. (PPP, 2009, p.22)

Nesse contexto, e segundo o PPP (2009), o SENAC/RS assume a responsabilidade e desafia o educar e aprender para o trabalho, entende que os conhecimentos ultrapassam o espaço acadêmico e processos padronizados de ensino, ainda com suas reflexões somadas com as ideias de Freire (1996) que percebe a escola como lugar que integra relações sociais e humanas, enfocando que não é somente na escola que se aprende.

O PPP expressa nesse sentido que;

[...] responder de forma criativa e inovadora aos desafios impostos pela sociedade contemporânea na formação de seus profissionais competentes, empreendedores, inovadores, de modo a possibilitar sua inserção e permanência no mundo do trabalho. Todavia, os colaboradores da Instituição têm consciência de que sua missão é muito maior do que parece e não se restringe à capacitação das pessoas para o trabalho. Assim, temos a clareza de que essa missão inclui promover o desenvolvimento de cidadãos éticos, dotados de postura crítica, que os tornem corresponsáveis pelas relações hegemônicas estabelecidas no mundo do trabalho,

repudiando sua mera reprodução e se percebendo capazes de transformá-las num processo permanente de humanização. (PPP, 2008, p. 24)

Como já abordado neste capítulo, foi desenvolvido apenas um Projeto Político Pedagógico para nortear as práticas e ações do SENAC para todas as unidades do Estado do RS, a construção deste contou com pesquisas realizadas em todas as unidades para que alcançasse o objetivo de centralizar e aproximar as particularidades de cada região em um único documento, com a finalidade de promover mudanças e práticas de acordo com as transformações sociais.

De acordo com a percepção do SENAC, transformações sociais induzem a mudanças na escola; e toma como pressupostos para essa ocorrência o cenário da educação a nível mundial, e assume um olhar mais atento a isso e complementa que “na maior parte dos casos, essas mudanças pouco alteraram as práticas escolares tradicionais centenárias, e os conteúdos trabalhados foram mais atualizados do que revisados e modificados” (PPP 2009, p.45).

No PPP, as reflexões consistem em não se conformar com o modelo educacional hegemônico e de processos padrões ultrapassados não compatíveis com a realidade contemporânea. Conforme Carbonell (2002, p.16) “as mudanças, em geral, foram mais epidérmicas que reais. E, em suma, detectaram-se os sintomas de modernidade, mas não de mudança.” O autor retoma comparando à função dos livros de textos os quais estão limitados a ditar a lição de sempre. “Muda o formato e nada mais”. Nesse aspecto o PPP do SENAC, considera que quando uma escola é comprometida com uma educação crítica e reflexiva desencadeia de acordo com Franciscone (2006);

[...] transformações, responsáveis por tecerem a realidade da vida, provocam avanços que exigem dos profissionais atualizações constantes. Ao mesmo tempo em que as transformações contribuem para dignidade de vida no planeta, desestabilizam o ser humano, instigando-o a investir em valores pessoais, com significativas repercussões profissionais (FRANCISCONE, 2006, p. 9).

Observa-se também ao analisar o PPP, que este faz referências sobre os termos inovação e inovação na educação e, sob essa perspectiva entende que inovar na educação está ligado a “ação potencialmente transformadora, capaz de romper com as lógicas hegemônicas e propondo outras maneiras de ser, de se relacionar e de agir no mundo” (PPP, 2009, p. 44). Nesse entendimento buscou-se

alinhar o PPP com o programa PRONATEC e constatou-se de que o mesmo não é descrito no documento de forma literal, porém é cumprido nas práticas educativas, de acordo com as políticas educacionais como a LDB 9394/96, observando os Art. 40, 41 e 42 no disposto da Educação Profissional, sendo efetiva e articulada com o ensino de nível médio ou por diferentes estratégias de educação continuada, em forma de instituição especializada credenciada e aprovada para o exercício da Educação Profissional.

Cada curso oferecido na instituição pelo programa PRONATEC, conta com o desenvolvimento de um 'plano de curso'¹⁵, que visa desenvolver no estudante um conjunto de competências que venham a contribuir para a formação de um trabalhador polivalente que dentro de uma linha de qualificação saiba realizar múltiplos conhecimentos como, por exemplo: técnicas de administração, definir o preço de custo, preço de venda, calcular juros de empréstimos, desenvolvimento de produto, técnicas de negociação, entre outras habilidades (em cursos específicos), apresenta como foco a formação do saber-fazer em detrimento do saber-ser; e propõe uma pedagogia que forma para a inserção e qualificação no mercado de trabalho.

4.2 Sistematização dos resultados

Nesta seção apresenta-se a sistematização dos resultados, utilizando as técnicas de análises que foi proposto na metodologia deste trabalho. O momento inicial da entrevista aplicada à equipe gestora da escola SENAC Canoas, foi de apresentar a pesquisa e de apresentações formais, que teve por finalidade primária identificar o perfil profissional dos participantes da equipe, composta pela Diretora da unidade que atua há seis anos na instituição, com formação em Jornalismo e especialização em Marketing, por uma Pedagoga com formação em Pedagogia e Especialista em Educação, atuando no setor pedagógico do SENAC Canoas há cinco anos e pela Coordenadora do PRONATEC na Unidade, atuante no cargo há

¹⁵ Plano de curso é desenvolvido pelo SENAC para cada curso e disciplina que o compõe, para que o docente se oriente em sala de aula.

oito meses – formada em Educação. A equipe gestora conta com a cooperação de colaboradores de outros setores para que as ações da instituição aconteçam de forma bem sucedida; como professores habilitados para cada área, funcionários de RH, secretária, financeiro, entre outros.

De início a pesquisadora observou que nem todas as participantes tinham conhecimento dos objetivos do PRONATEC, tão pouco de sua finalidade em “melhorar o ensino básico”, o que foi esclarecido. Desta forma, após as apresentações deu-se início ao roteiro que perguntas pré-estabelecido a fim de levantar dados para a construção dos resultados propostos desta pesquisa. O primeiro questionamento visou entender a seguinte questão: Como a gestão escolar do SENAC Canoas administra o programa PRONATEC. Através das respostas dadas, foi possível identificar algumas características de uma Gestão Escolar democrático-participativa, onde a relação entre a direção, equipe diretiva e pessoal da escola é estreita, a unidade SENAC Canoas, possui uma equipe gestora que lidera, é descentralizadora, dinâmica e ágil, demonstram estarem alinhadas nos objetivos e nas ações com a finalidade de se trabalhar com propósitos e alcançar objetivos comuns e assumidos por todos.

Segundo informações compiladas a administração do PRONATEC não é totalmente gerida pela instituição, esta deve esta habilitada pela Secretária de Educação Profissional, desta forma tem autonomia para desenvolver e oferecer de acordo com a sua estrutura os cursos, envolvendo seus profissionais e docentes. Porém é gerenciado pela própria Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica através de repasse de dados informatizados pelo programa SISTEC¹⁶.

Esse modelo é defendido de acordo com Libâneo (2001) como;

[...] uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomada dentro de uma tal diferenciação de funções e saberes. (LIBÂNEO, 2001 p. 2)

Nesse contexto de participação coletiva, foi relatado que há participação permanente do corpo discente junto ao processo didático-pedagógico, de acordo

¹⁶ Sistema Nacional de Informação de Educação Profissional e Tecnológica.

com o PPP do SENAC (2009 p. 41). Essa avaliação se dá no formato de um formulário estruturado que ocorre no final de cada curso, onde o aluno avalia o professor, nos quesitos de didática, conhecimentos, interação e atualização.

Esse modelo de gestão demonstra a importância do coletivo para atingir objetivos comuns.

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros. (LIBÂNEO, 2001, p.3)

Na entrevista ficou esclarecido que a gestão escolar do SENAC Canoas em relação ao PRONATEC depende de avaliações de outros órgãos, pois este programa de curso inicia através da demanda de cada município, definido em reuniões com os demandantes¹⁷ os quais são no caso do município de Canoas: Secretaria de Desenvolvimento Social (SMDS), 27ª Coordenadorias Regionais de Educação (CRE/Seduc), Secretaria do Turismo (Setur) e Base Aérea. A pactuação das vagas e definição dos cursos é monitorada por sistema eletrônico de gestão através do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC.

Segundo o manual de bolsa-formação do PRONATEC (2011), disponibilizado pelo SENAC, o SISTEC criado em 2008 para acompanhar desenvolvimento de acordo de gratuidade do Sistema S. tem a finalidade de;

Reunir em uma única plataforma – as ofertas de Cursos Técnicos e de FIC das unidades ofertantes vinculadas aos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) e às Redes estaduais;
Permitir a análise e confirmação – pelo Ministério da Educação – das ofertas de Cursos Técnicos e Cursos FIC que forem consideradas como sendo de interesse público, dada a realidade econômica e os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da região em que forem oferecidos;

¹⁷ Demandante: encarregado de coordenar a mobilização, seleção e pré-matrícula de beneficiários – nesse caso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que atuará em parceria com as prefeituras.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/brasilsemisera/arquivos/1.%20Apresentacao%20PRONATEC_MEC.pdf>

Permitir a distribuição, entre parceiros demandantes, dos cursos selecionados pelo Ministério da Educação para serem oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação;

Permitir a pré-matrícula, pelos parceiros demandantes ou unidades a eles vinculadas, daqueles selecionados para serem beneficiados pela Bolsa-Formação;

Permitir a confirmação, pelas unidades ofertantes, da matrícula daqueles beneficiários que, anteriormente pré-matriculados, comparecerem para confirmar sua participação no programa;

Permitir a manutenção, pelas unidades ofertantes, de informações atualizadas sobre a frequência e o desempenho dos beneficiados pela Bolsa-Formação;

Permitir o acompanhamento, pelo MEC, do número de beneficiados pela Bolsa-Formação que – tendo completado cursos de forma adequada – receberem certificados ou diplomas no âmbito do programa; (MANUAL DO PRONATEC, 2011, P. 25).

Ficou entendido que após a definição e distribuição desta demanda para cada ofertante¹⁸ de cursos é verificado junto com o núcleo pedagógico os cronogramas e docentes; ou seja; a estrutura possível para desenvolver os cursos. E quanto à oferta dos cursos, o SENAC desenvolve o plano de curso específico para cada área do PRONATEC e dispõe da estrutura física da escola quanto, tanto a equipamentos, espaço físico e quanto a docentes igualmente aos cursos comuns ao mercado.

A escola planeja ações para a divulgação dos cursos do PRONATEC, realizando visitas às escolas de ensino básico de nível médio, com intuito de esclarecer os alunos sobre o objetivo do programa, também divulga os cursos oferecidos pela instituição, desta forma estabelece um canal mais amplo de comunicação com seu público. Também disponibiliza informações sobre o programa e cursos pelo *site* de cada Departamento Regional, em redes sociais¹⁹ e mídia local através da imprensa.

A entrevistadora por já ter trabalhado no SENAC Canoas e participado de algumas reuniões pedagógicas onde havia observado que nestas o programa não é enfatizado como deveria, salientou a segunda pergunta que questionou os objetivos das reuniões pedagógicas, se nelas são abordados os cursos, resultados, bem como outros assuntos a respeito do PRONATEC e em qual frequência são realizadas: Em resposta foi dito que as reuniões pedagógicas acontecem mensalmente, os professores se reúnem na última sexta-feira de cada mês, com o objetivo é alinhar as práticas pedagógicas ao PPP da instituição, discutindo

¹⁸ Ofertante: encarregado de realizar os cursos – nesse caso, Sistema S e Rede Federal; Fonte: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/1.%20Apresentacao%20PRONATEC_MEC.pdf>

¹⁹ Facebook e Twitter

situações cotidianas e novas que se desencadeiam, tanto para os cursos comuns, quanto para os cursos do PRONATEC, porém este programa é abordado de forma mais específica e pontual, visto que depende de um atendimento diferenciado, pois é necessário prestar relatórios de efetividade contemplando os recursos da união.

As perspectivas destas reuniões vislumbram a possibilidade de atuação das práticas da gestão democrática que permitem serem sentidas de forma ativa e participativa em todos os momentos e evitando que os objetivos da escola e dos cursos sejam desviados. É feito pelo coordenador de cada área, um relatório de todas as questões abordadas e discutidas e ao final as informações são levadas para serem analisadas e discutidas pela equipe diretiva em concordância com o PPP da Escola. Porém, foi identificado que grande parte dos professores não conhece e não leu sobre os objetivos do PPP.

Outra pergunta relevante abordada com a equipe gestora foi referente a conclusão do curso oferecido pelo PRONATEC, onde se buscou saber se o SENAC auxilia o alunos no encaminhamento ao trabalho; a resposta por parte da coordenadora do PRONATEC relatou que “os alunos não são encaminhados pelo SENAC para o mercado de trabalho, mas temos um projeto para o ano de 2014 em que vamos trabalhar com o direcionamento dos alunos ao mercado de trabalho, tanto para PRONATEC como para o mercado”, atualmente o SINE (Sistema Nacional de Emprego) é o órgão envolvido que faz esse encaminhamento e monitoramento, separadamente da instituição.

Ao questionar como o setor pedagógico e coordenação do curso veem a questão da qualificação e competências para o trabalho, foi colocado que a instituição segue o PPP (2009, p. 35) na ideia de que “[...] propõe a construção de um indivíduo que preserve a qualidade de vida, os valores individuais e coletivos que contribuam para a melhoria da sociedade, preservando o respeito ao próximo e a solidariedade, tendo como direção o bem comum”.

Dado o entendimento de como o SENAC atua frente ao programa PRONATEC, se dará sequência à análise às respostas do questionário aplicado aos alunos participantes dos cursos oferecidos pelo programa PRONATEC.

4.2.1 O questionário com os alunos dos cursos do PRONATEC

Na etapa da aplicação do questionário aos alunos dos três diferentes cursos, após apresentar aos alunos de cada turma visitada os objetivos do questionário semiestruturado composto por questões de maioria objetivas, a fim de não ocupar tempo demasiado do aluno e do docente, em função de que a abordagem se deu em sala de aula, logo o formulário de questões foi distribuído para ser respondido pelos alunos, na primeira parte do questionário havia campos de preenchimento como nome (opcional), idade, série, curso do PRONATEC que estuda e profissão do responsável, a fim de compreender o perfil dos participantes. Desta forma identificou-se a faixa etária dos alunos que se concentrou entre 19 a 24 anos de idade, foi possível identificar também que os mesmos são pertencentes à classe média e média baixa, observado através do item - Profissão do responsável.

Pelo fato dos alunos realizarem cursos técnicos profissionalizante no SENAC Canoas, promovidos pelo PRONATEC e todos os alunos estarem matriculados no ensino básico de nível médio a partir do 2º ano, justifica-se este questionário.

As questões serão analisadas qualitativamente e quantitativamente considerando o total de questionários respondidos, como é o caso da primeira questão que tem por finalidade identificar como a Escola de ensino básico e a Escola de ensino profissional se relacionam, através da seguinte pergunta: Como você soube sobre o Programa de PRONATEC oferecido no SENAC Canoas? O resultado mostra que as ações de divulgação do SENAC nas Escolas de educação básica estão sendo eficazes, pois 68,33% dos participantes responderam que souberam do programa PRONATEC e dos cursos oferecidos no SENAC Canoas através da sua Escola (ensino básico), 21,67% disseram que foi pela Internet e os outros 10% descreveram outras fontes.

A segunda questão procurou entender a percepção e expectativa do estudante nos cursos realizados pelo programa PRONATEC, indagando se estes ajudam a garantir a qualificação para o trabalho. Com opções objetivas de respostas entre sim ou não, as respostas demonstram que 100% dos respondentes, acreditam que os cursos oferecidos pelo programa ajudam na qualificação profissional.

No mesmo modelo da questão anterior transcorreu a terceira pergunta, considerando que este plano do Governo Federal em questão visa melhorar a qualidade do ensino básico, busca-se compreender quais os fatores que podem contribuir para isso. Um requisito fundamental para os estudantes realizarem os cursos do PRONATEC é que os mesmos devem estar matriculados no ensino de nível médio, nessa perspectiva a pergunta de número três teve como propósito de identificar se cursos técnicos profissionalizantes pelo PRONATEC motiva o aluno a continuar estudando no ensino básico nível médio. Ao mensurar quantitativamente os resultados das respostas detectou-se que 92,5% dos participantes percebem esta ação do Governo como uma forma motivar os estudantes a continuarem estudando, e 7,5% expressaram opiniões contrárias.

Ainda com relação as avaliação do questionário quanto ao componente número quatro, que ao mesmo tempo em que esclarece sobre um dos objetivos do PRONATEC que é a melhoria da qualidade do ensino médio público, indaga: - você acredita que este programa pode contribuir para isso. Por quê? Este item apresentou quatro opções de respostas apresentadas a seguir: a) Motiva o aluno a colocar em prática o que aprende na escola – a abrangência desse item comportou 20% das opiniões dos alunos; b) O mundo do trabalho não é enfatizado na Escola e o PRONATEC aproxima o aluno a esta realidade – nesse ponto 26,67% dos respondentes expressaram que a escola não aborda a realidade profissional e esse assunto desperta interesse nos alunos e preocupação ao futuro profissional naqueles que estão a caminho de finalizar o ensino básico de nível médio, ao encontro desse sentimento de preocupação mencionado a cima, complementa a opção 'c' com 35,93% dos respondentes expressando que: c) Muitos alunos do ensino médio precisam trabalhar e é uma oportunidade de aprenderem uma profissão e não abandonarem a escola – essa avaliação tem papel social e motivador, também complementa o item (a), onde um percentual dos participantes, afirmaram que o programa “motiva os alunos”. Nessa expectativa, observa-se que os cursos pelo programa PRONATEC servem como estratégias de vincular o ensino profissional ao ensino básico, fortalecendo a perspectiva profissional do jovem e garantindo a permanência do mesmo até a conclusão do ensino básico. O item d) teve formato dissertativo que deu liberdade aos participantes de contribuírem com outras opiniões. Destas, algumas mais relevantes se fez interessante destacar,

como por exemplo, a participante de número 25, aluna do curso Técnico em Administração que diz: “o ensino da escola pública é precário, e o PRONATEC mostra o contrário.” Compreende-se que através da opinião da respondente o ensino profissional através dos cursos do PRONATEC, tem atingido suas expectativas na preparação para o mercado de trabalho, bem como suprido a insuficiência técnica do ensino público de nível médio.

Outro destaque se dá na resposta da participante número 78, aluna do Curso Desenhista de Moda, esta informou também que é estudante de outros cursos oferecido pelo PRONATEC no SENAC Canoas. “Para quem está estudando (na escola pública), melhora o rendimento escolar”, pode-se associar essa afirmação ao termo motivação – permeando alguns objetivos do programa como: “Contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público” (Lei nº 12.513/2011), e outro objetivo que a mesma lei busca alcançar é a “formação profissional e tecnológica articulada à elevação da escolaridade, visando à inclusão social e à inserção, no mundo do trabalho, de jovens e adultos”.

Para ponderar e compreender essas opiniões já transcritas, a pergunta de número cinco tendeu-se em identificar o grau de eficácia do programa diante dos alunos, inquirindo o seguinte: O curso que você estuda ou já estudou do PRONATEC, atingiu, não atingiu ou superou suas expectativas? Do total de respondentes 71,67% afirmaram que o curso escolhido foi favorável à ideia que tinham a respeito; outros 6,66% marcaram que a escolha de curso superou as expectativas e em contrapartida 21,67%, disseram que não atingiu. Nessa avaliação, notou-se que maior parte dos alunos está contente e motivada com suas escolhas e neste caso, há uma grande probabilidade de permanência no ensino básico por esses alunos, já que esse plano de Governo exige que o aluno esteja matriculado no mesmo para entrar nesse programa.

O questionário concentrou-se também em identificar os benefícios para a vida particular do aluno, favorecidos através do Programa PRONATEC. Com base na sexta questão, composta por 10 itens de marcações objetivas na qual foi permitido múltiplas respostas, pois envolvia a percepção do aluno de acordo com sua realidade educacional e social. Desta forma efetuou-se a compilação dos dados que processou um total de 274 marcações, decorreu a quantificação destas

apresentadas abaixo na tabela 1 pela ordem dos itens de benefícios na vida dos alunos;

Tabela 1 – Mensuração dos dados da questão de número 06 do questionário semiestruturado aplicado aos alunos em formação

Mensuração dos dados da questão de número 06 do questionário semiestruturado aplicado aos alunos em formação. (Apêndice B)		
Tipo de Benefícios	Qtd. de marcações	Percentual
a) Adquirir novos conhecimentos.	80	29,19%
b) Melhorou meu rendimento escolar	24	8,75%
c) Tive interesse em me preparar para um futuro profissional.	60	21,89
d) Oportunidade para ter meu próprio dinheiro.	26	9,48
e) Adquirir experiência e prática em situações reais.	42	15,32%
f) Permite trabalhar e ajudar na renda familiar.	12	4,38%
g) Fiquei mais motivado a continuar estudando na escola.	06	2,19%
h) Oportunidade para ter meu próprio dinheiro.	10	3,64%
i) Entendi a importância do ensino na escola básica ao ter contato com uma profissão	08	2,91
j) Outra	06	2,19

Fonte: Autoria própria com em dados do Apêndice B.

No final do questionário os alunos responderam as questões de números 07 e 08, com opções objetivas na qual os respondentes marcariam sim ou não, estas tiveram função de verificar a realidade escolar dos participantes em sala de aula com relação à abordagem sobre o mundo do trabalho e profissionalização.

Conforme a pergunta de número 07 que questionou o seguinte: Na sua escola, é discutido em sala de aula sobre o mundo do trabalho e profissionalização? Nesse caso, constatou-se que há pouca diferença nas respostas dos participantes, pois 50,83% confirmaram que esse assunto de fato é falado em aula e 49,17% responderam negativamente. Nesse mesmo contexto a questão 08 buscou saber as opiniões sobre a importância de enfatizar essas questões, sendo percebido que há interesse dos alunos pelo assunto, dado pelo fato que 74,17% concordaram que há necessidade dessa abordagem, contrapondo com 25,83% que discordaram.

4.3 Construção dos resultados

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, instituído pela Lei nº 12.513/2011, vem oportunizando aos jovens matriculados no ensino médio da rede pública, o acesso a cursos técnicos e profissionalizantes, no SENAC Canoas a oferta se dá desde abril de 2011.

A gestão escolar desenvolvida pelo SENAC Canoas para administrar o PRONATEC, se conduz em conformidade com a CF/88 e a LDB/96, e é caracterizada como uma gestão democrática participativa, também segue os critérios estabelecidos em lei para a Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio previstas na LDB /96. Entretanto, o programa se desenvolve na instituição ofertante neste caso; SENAC Canoas e é submetido à gestão escolar da escola ofertante, porém, a administração do programa segue regras padronizadas, estabelecidas pelo Ministério da Educação, onde “A gestão da Bolsa-Formação será organizada e monitorada por sistema eletrônico de gestão que – inserido no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.” (MANUAL DE GESTÃO BOLSA FORMAÇÃO DO PRONATEC, 2011). Cada ofertante deve administrar o programa através do sistema gestão que controla todas as movimentações do programa, que exige que cada ofertante informe mensalmente a frequência, desempenho escolar de cada aluno, entre outras movimentações.

No entanto, abordando mais especificamente o objetivo central desta pesquisa que investiga um dos pressupostos do PRONATEC, de que a atuação do programa na qualificação dos jovens estudantes do ensino básico no nível médio implica na melhoria da qualidade do ensino básico das escolas públicas. Foi então a partir do interesse da pesquisadora ao observar o grande interesse dos alunos do ensino médio pelos cursos do PRONATEC que se consolidou a pesquisa e diante desta proposta centraram-se as investigações.

Mediante as entrevistas com a equipe gestora foi possível compreender o tipo de gestão desenvolvida na escola SENAC Canoas e como atuam diante do programa PRONATEC – como já mencionado acima.

A investigação com os alunos através do questionário possibilitou entender vários pontos de vista dos alunos diante do programa, diante do ensino médio

público, das perspectivas profissionais de cada participante e da relação entre ensino básico e ensino profissional na concepção de cada um.

Através da análise dos dados obtidos, foi possível identificar que o programa PRONATEC tem atuado paralelamente com as escolas públicas, mediante ações de divulgação pelos ofertantes, o que tem despertado interesse nos alunos a realizarem os cursos técnicos disponibilizados, pois esses acreditam que os cursos contribuirão para a qualificação profissional e percebem que este programa tem desempenhado uma importante função com relação à educação básica - motivar os estudantes a concluírem o ensino básico.

A qualidade do ensino na escola pública é um problema amplo que envolve diversos fatores de ordem política e social, o PRONATEC tem a pretensão de enfrentar formalmente esse problema, favorecendo alunos que frequentam o ensino médio e também de atrair jovens que estão afastados da escola pública (SALDANHA, 2009).

As indicações obtidas através dos questionários aplicados aos alunos levaram ao entendimento de que o programa PRONATEC pode contribuir sim para a melhoria da qualidade do ensino básico de médio da rede pública, através de algumas premissas como: permite o aluno visualizar a prática do que aprende na escola aproximando-o ao mundo do trabalho; diminui o abandono ao estudo básico devido à necessidade trabalhar fora, pois vincula o ensino básico ao ensino profissional garantindo uma formação profissional ao aluno.

Foi percebido também que por ter caráter educativo e também motivador o programa infere na melhoria do rendimento escolar e traz diversos benefícios aos estudantes, esses benefícios vão desde conquistar novos conhecimentos, até a compreensão da importância do ensino na escola básica ao ter contato com uma profissão. A avaliação também considerou que mundo do trabalho e profissionalização é pouco enfatizado na educação básica e para os alunos há interesse e se faz importante enfatizar mais sobre esse assunto.

Portanto, diante dos dados expostos através das pesquisas realizadas, constatou-se que existe vínculo estabelecido entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica, embora esse seja uma questão que tem sido trabalhada no âmbito das Políticas Educacionais e que deve ser tratada com profundidade e seriedade, pois se entende que conforme sua evolução, a estrutura educacional existente inevitavelmente sofrerá alterações, bem como o surgimento de novos e importantes desafios para a gestão escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se caracterizou como pesquisa bibliográfica e de estudo de caso, desenvolvida junto à escola SENAC de Canoas/RS que oferece cursos técnicos e profissionalizantes pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com foco no programa bolsa formação para estudantes do ensino básico da escola pública.

Buscando resolver o problema desta pesquisa, o qual procura responder se existe vínculo estabelecido entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica, bem como os desafios para a gestão escolar neste processo. Teve como objetivo geral de analisar a aplicação do PRONATEC na escola SENAC Canoas, visando identificar como a gestão da escola administra no seu (PPP) Projeto Político Pedagógico o desenvolvimento do programa.

Refere-se a uma investigação exploratória com abordagem qualitativa, realizada junto à equipe gestora e alunos em formação do curso do programa PRONATEC. Os dados foram coletados por meio de entrevista formal onde foi possível conhecer o perfil profissional dos gestores através de questões investigativas sobre a gestão escolar diante do programa de governo em questão, também foi realizado questionário semiestruturado específico para os alunos abordando questões bem específicas com relação ao programa e suas percepções referentes ao mesmo.

Através dos dados coletados foi possível perceber que o PRONATEC – bolsa formação estudante, é uma nova estratégia do Governo Federal para melhoria do ensino básico. Porém é um novo desafio para a gestão escolar do SENAC Canoas, embora o programa venha sendo bem conduzido pela instituição, esse é pouco trabalhado na gestão da escola, verifica-se que a maior preocupação da escola está concentrada nos cursos técnicos da escola (fora do programa). Essa observação decorre do fato de que os problemas em relação aos cursos do PRONATEC são discutidos superficialmente ou apenas questões pontuais nas reuniões pedagógicas, em pauta destacam-se os cursos próprios do SENAC Canoas.

Considera-se que as finalidades e a importância desse programa devem ser mais bem entendidas pela direção, administração e pelos professores do SENAC

Canoas, na perspectiva de que a gestão escolar venha administrar os cursos e os alunos de forma a contribuir para qualidade e melhoria do ensino básico. Nesse sentido, verifica-se que há necessidade de que a escola SENAC Canoas, perceba sua participação na vida estudantil e profissional dos alunos do PRONATEC como uma essa responsabilidade educacional e social.

Nessa mesma ótica, percebe-se que há a necessidade de os professores do SENAC Canoas possuírem conhecimentos consideráveis sobre a gestão da escola, e seu Projeto Político Pedagógico, sendo agente ativo da formação do aluno. Deve, especialmente, se especializar na área em que desenvolve habilidades, permitindo-se reconhecer nos alunos as aptidões que lhe conduzirão ao desenvolvimento profissional e educacional.

Através dos resultados construídos pelas respostas dos alunos nota-se que estes compreendem a ação do Governo como forma de possibilitar o acesso a cursos que levam a profissionalização, percebendo que há uma forte motivação nos alunos com relação ao acesso a cursos que antes não vislumbravam.

As respostas contribuíram para a compreensão de que os alunos intuem que o programa influencia para a qualidade do ensino básico médio, pela razão de estarem motivados com essa possibilidade, por aprender uma nova profissão, novos conhecimentos e outra razão relevante - compreender a importância do ensino básico ao se aproximarem da realidade profissional e social.

Da mesma forma, entende-se que a relação entre educação básica e educação profissional deve ser estreitada no sistema educacional. Na concepção dos alunos das escolas públicas do ensino médio o assunto do mundo do trabalho é pouco difundido e trabalhado, considerando que muitos desses alunos estão se preparando para a vida profissional.

Uma vantagem do programa PRONATEC é o fato de que prioriza a qualificação profissional paralelamente ao Ensino Médio Público, onde “fragmenta os insuficientes recursos públicos e promove a descontinuidade em relação à concepção progressista de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional” Saldanha (2012). O programa contribui para cessar por um tempo o tema ‘escola unitária’ que tem sido discutido nas políticas educacionais e não o problema da qualidade na escola pública, pois é desenvolvido através de parcerias Governo e escola privada.

De acordo com Oliveira (2009, p. 250) “uma escola de qualidade é certamente aquela que possui clareza quanto a sua finalidade social”. Nesse sentido, conclui-se que o ensino médio associado à educação profissional vem ao encontro da realidade de milhões de jovens brasileiros, que buscam futuro profissional durante esse período nas escolas públicas. Portanto, uma formação completa consiste em uma formação geral a qual é desenvolvida pelo ensino médio, porém com conhecimentos científico-tecnológicos e socioculturais que possibilitarão uma compreensão real e crítica do mundo, preparando-os para formação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Salto para o Futuro**, Série: Retratos da Escola, Boletim 12, junho/julho. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed., rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin;

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BERETTA, Claudia. Maria. **Aspéctos das interações midiáticas: O caso Senac – Faculdades**. Unissinos, 2010, 125 p.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), comentada e interpretada**, artigo por artigo. 2. ed. atual. São Paulo: Avercamp, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação ; n. 102). Atualizada em 8/5/2013. ISBN 978-85-402-0101-9 (e-book)

BRASIL. MEC. CNE. **Versão Preliminar para debates na Audiência Pública Nacional. Trata da Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Relator Francisco Aparecido Cordão. Brasília: CEB, 2010.

BRASIL. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no prometo de educação integral de trabalhadores**.

Disponível em www.escolanet.com.br/teleduc/.../Trabalho_Princip_Educativo.doc. Acesso em 01.10.2013

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades**. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. da. S (orgs). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos* – 4. ed. – São Paulo: Cortez. 2004.

FRANCISCONI, Fabiane. **Educação Continuada: um olhar para além do espelho, iluminando mente, corpo, coração e espírito do docente da educação superior**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação de Mestrado. PRPPG.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GÓMEZ, A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa**. In: PIMENTA, Selma Garrido;

et.al. Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Loyola, 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como funciona a cidadania**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO. **A LDB e a Constituição Brasileira De 1988: Os Dois Pilares da Atual Legislação Educacional Nacional**. Disponível em: http://www.iunib.com/revista_juridica/2010/11/19/a-ldb-e-a-constituicaobrasileira-de-1988-os-dois-pilares-da-atual-legislacao-educacional-nacional. Acesso em 13 de ago. 2013

KARLING, A. A. **Autonomia: condição para uma gestão democrática**. Maringá: Eduem, 1997, apud Luck H, Concepções e processos democráticos de gestão educacional. v. 2 - Petrópolis/RJ. – Vozes, 2006b. Série: Cadernos de Gestão

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

LAVILLE, Christian ; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHE, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5ª ed. – Goiânia/GO – Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: **LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, Heloisa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MDS. **Ministério do planejamento social de combate a fome**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-urbana/PRONATEC>>. Acesso em 02 ago. 2012.

MENEZES FILHO, Naercio Aquino. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho**. Artigo Preparado para o Instituto Futuro Brasil. São Paulo: 2001. Disponível em: <http://ifb.com.br/arquivos/artigo_naercio.pdf> Acesso em: 01 ago. 2012.

MINAYO, Maria Cecília (org.). **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORAES, Fábio Cássio Costa. **Formação de Competências**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. n. 23, ago. 2003.

MORIN, Edgard. **Os países latinos têm culturas vivas**. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05, set., 1998. p. 4. Caderno Idéias/Livros.

OLIVEIRA, J. F. de. **A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas**. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 237-252.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 15ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

PRADIME: **Programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação**. Marcos Legais da Educação Nacional / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1987.

ROSA, José Paulo. **Gestão Escolar: um modelo para qualidade Brasil e Coréia**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2011.

SALDANHA. Leticia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. Acesso em 09 de ago. 2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Nota orientadora PRONATEC**. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012102113658625nota_orientadora_n%C2%BA_01__2012.pdf. Acesso em 09 de ago. 2013.

SEMINÁRIO DE PESQUISA. (2006 : Rio de Janeiro, RJ) Anais / Seminário de Pesquisa: **trabalho de políticas públicas de educação**: Projetos em disputa na sociedade brasileira, Rio de Janeiro, 4 e 6 de dezembro de 2006; Coordenadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos.

SENAC. **Projeto Político Pedagógico do SENAC/RS**. Disponível em: http://issuu.com/rodrigo.mota/docs/ppp_SENAC. Acesso em 25 de set. 2013.

SENAC/DN. Formação Profissional SENAC: Uma Proposta para o Setor de Comércio e Serviços. Rio de Janeiro: SENAC/DN, 1996.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Institucional**. Disponível em: http://portal.senacrs.com.br/site/institucional_historico.asp. Acesso em: 11 ago. 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Portal SENAC Canoas**. Disponível em: <http://portal.senacrs.com.br/site/unidades_conheca.asp?unidade=31>. Acesso em: 11 ago. 2013.

SILVA, J.M. **A autonomia da Escola Pública**. 3ª ed. – Campinas/SP. Papyrus, 1996. – (Coleção Práxis).

TREIN, E, CIAVATTA, M. **O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 140-164, set./dez. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses** : MDT / Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, Editora da UFSM. – 8. ed. – Santa Maria : Ed. Da UFSM, 2012.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: processo de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico** - http://www.moodle.ufba.br/file.php/1854/Projeto_Politico_Pedagogico.pdf (acesso em 05 jun 2009)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org) e outros. Escola: **Espaço do Projeto Político Pedagógico** - 5ª edição. São Paulo. Editora Papyrus, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraíndo significados da base legal**. In: CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.

VIVAN, Dirceu. **a gestão escolar na educação democrática: Construção participativa da Qualidade Educacional**. Disponível em http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/a_gestao_escolar_na_educacao_democratica.pdf>. Acesso em 06 ago. 2012

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Direção de escola básica em perspectiva municipal**. In: Revista Educação. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 139-149, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista com Diretora, Pedagoga e Coordenadora do PRONATEC (equipe gestora) SENAC Canoas/RS.

Prezadas:

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a realização de uma pesquisa monográfica de pós-graduação/Especialização em Gestão Educacional, que trata da análise do PRONATEC e sua aplicação na escola SENAC – E como a Gestão Escolar administra esse programa.

Agradeço a disponibilidade.

I – PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

- Nome:
- Gênero: () masculino () feminino
- Escolaridade/ Formação:
- Há quanto tempo atua no setor (direção, pedagógico e coordenação), da instituição?

II – DADOS SOBRE A PRÁTICA DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA PRONATEC.

- a) Quando iniciaram os cursos do PRONATEC - junto ao SENAC Canoas?
- b) Como o PRONATEC se desenvolve no PPP da escola?
- c) Como a gestão escolar do SENAC Canoas administra o Programa PRONATEC?
- d) Quais os objetivos das reuniões pedagógicas? Elas abordam os cursos, resultados, etc do PRONATEC? Com qual frequência elas são realizadas?
- e) Quando os alunos concluem os cursos do PRONATEC, são encaminhados para o trabalho, o SENAC canoas auxilia nesse sentido?
- f) O SENAC Canoas monitora os alunos inseridos no mercado de trabalho após a participação da formação profissional?
- g) Como o setor pedagógico e coordenação do curso veem a questão da qualificação e competências para o trabalho?

Apêndice B – Questionário com alunos em formação no SENAC Canoas/RS matriculados no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) concomitantemente com o ensino básico de nível médio.

Prezado (a) aluno:

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a realização de uma pesquisa monográfica de pós-graduação/especialização em Gestão Educacional, que trata da Análise do PRONATEC e sua aplicação na escola SENAC – E como a gestão escolar administra esse programa.

Preenchimento em 10 minutos.

Saliento que é de grande importância que as respostas sejam de forma completa e franca, lembrando que não há respostas certas ou erradas. Não é necessário identificar-se, porém fica garantido o sigilo e anonimato dos dados na análise dos dados para pesquisa científica.

Desde já, agradeço por sua disponibilidade.

Nome (opcional): _____

Gênero: () masculino () feminino

Idade: _____

Em que série do ensino médio você está? _____

Você mora com quem? _____

Qual a profissão da pessoa responsável por você (pai ou mãe ou tia etc.)? _____

Quais cursos do SENAC você estuda ou já estudou?

1- Como você soube sobre o Programa de Aprendizagem do SENAC?

- () Através da sua escola
- () Secretaria do desenvolvimento humano
- () CRE,s (Coord. Regionais de Educação)
- () Outro _____

2- Os cursos pelo programa PRONATEC ajudam a garantir a qualificação para o trabalho? () Sim () Não

3- Para você os cursos técnicos profissionalizantes pelo PRONATEC motivam o aluno a continuar estudando no ensino básico nível médio? (já que exige que o aluno esteja matriculado no nível médio ou concluído). () Sim () Não

4- Um dos objetivos do PRONATEC é a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, você acredita que este programa pode contribuir para isso. Por quê?

- Motiva o aluno a colocar em prática o que aprende na escola
- O mundo do trabalho não é enfatizado na Escola e o PRONATEC aproxima o aluno a esta realidade.
- Muitos alunos do ensino médio, precisam trabalhar e é uma oportunidade de aprenderem uma profissão e não abandonarem a escola.
- Outra resposta: _____

5- Sua expectativa quanto aos cursos que você estuda ou já estudou do PRONATEC: **Atingiu** **Não atingiu** **Superou**

6- Em sua opinião, quais os benefícios para a sua vida em participar do Programa PRONATEC?

- a) Adquirir novos conhecimentos.
- b) Melhorou meu rendimento escolar
- c) Tive interesse em me preparar para um futuro profissional.
- d) Oportunidade para ter meu próprio dinheiro.
- e) Adquirir experiência e prática em situações reais.
- f) Permite trabalhar e ajudar na renda familiar.
- g) Fiquei mais motivado a continuar estudando na escola.
- h) Oportunidade para ter meu próprio dinheiro.
- i) Entendi a importância do ensino na escola básica ao ter contato com uma profissão
- j) outra _____

7- Na sua escola, é discutido em sala de aula sobre o mundo do trabalho e profissionalização?

sim **não**

8- Para você é importante que o ensino médio enfatizasse mais sobre realidade do trabalho e profissionalização?

sim **não**